

RALF GUIMARÃES ZIMMER JUNIOR



Raízes e Futuro

A Jornada e Visão de Ralf Zimmer para
Santa Catarina

2026 ® por
Ralf Guimarães Zimmer Junior

Revisão Textual
Gisele C. Samagaia

Diagramação
Jeferson R. Samagaia

Raízes e Futuro: A
Jornada e Visão de Ralf
Zimmer para Santa Catarina

1ª. Edição. Blumenau/SC,
Editora NPE. 2026. 116p.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EDITORA NPE

Espaço reservado para Ficha Catalográfica

Índice para catálogo sistemático

1. Assunto 1
2. Assunto 2

Catalogação elaborada na Fonte pela Bibliotecária

Nome do Bibliotecário – CRB:00000

Impresso no Brasil. A reprodução total ou parcial desta publicação literária, seja por qual meio for, sem a permissão escrita ou autorização do(a) autor(a) ou por citação desta obra, expressa nos moldes da lei, é ilegal e configura apropriação indébita de Direitos Intelectuais e Patrimoniais (Artigo 184 do Código Penal – Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998). As ideias, a revisão ortográfica, os comentários e os conteúdos expressos neste livro são de total e exclusiva responsabilidade de seu(sua) autor(a).



PREFÁCIO

Prefaciар um livro é sempre uma responsabilidade e uma honra, ainda mais quando se debuta no ofício, como é meu caso, o que ganha maiores proporções quando se trata de livro escrito pelo meu leal amigo, Ralf Guimarães Zimmer Junior, no caso, pelas minhas contas, a quarta obra que ele escreve.

Conheci o Zimmer por meio das redes sociais em tempos dos isolamentos impostos por conta da pandemia do COVID-19, à época de seu pedido de impeachment contra o então governador Carlos Moisés, e a sua vice, Daniela Reinehr.

Estranhamo-nos no início, eu defendia a inocência de Daniela, e o Ralf não retrocedia. Discussões, contudo, sempre pautadas pelo respeito e argumentos sólidos, embora com visões diversas, foram nos aproximando a ponto de quando nos percebemos, já éramos amigos.

Convidei o Ralf para concorrer a Deputado Federal em 2022, ele de pronto me disse que só sairia candidato fosse ao cargo de governador. Daí então arregaçamos às mangas,

criamos um grupo pequeno, mas aguerrido e fizemos acontecer. Ralf saiu a governador, e eu a Deputado Federal.

Não nos elegemos em 2022, mas continuamos debatendo fatos políticos e sonhando com projetos para melhorar nossa Santa Catarina, antes de tudo.

Assim, decidimos que em 2026 eu deveria concorrer ao Senado, e o Ralf tentar o governo de novo, mas de uma forma diferente. Em tempos de memes e vídeos virulentos de até dois minutos, decidimos oferecer nosso melhor à Santa Catarina, nossa história e nosso projeto, cada qual num livro com a profundidade mínima que merece nossa gente, que podem apostar, é muito mais interessante que lacrações em redes sociais.

Portanto, deliciem-se com as raízes do Ralf e suas inteligentes propostas para o nosso futuro, vele a pena a leitura da obra que segue, o conteúdo é digno do autor, competente, estudioso, obstinado e apaixonado por Santa Catarina.

Um forte abraço, Jeferson Rocha, o Senador que Santa Catarina quer e precisa.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
PRIMEIRA PARTE – RAÍZES	11
Infância no Meio Político e uma Família Plural	12
O esporte e as suas valiosas lições	21
As lições trazidas pelos anos de realização de concursos públicos	29
Defensor Geral – Deputado Federal – Presidente de Associação – Autor de Impeachment – Candidato a Governador e a Dívida com Ranzolin	32
SEGUNDA PARTE – FUTURO.	43
Um corte necessário, antes do que um Governador pode fazer, deixemos claro que não pode	44
Inovação (Sobretudo na Gestão Pública): Uma revolução no tempo e espaço.....	50
Modelo de gestão 100% transparente.....	60
Reduzir impostos, é tão simples assim?	61
Benefícios Fiscais.....	64
Infraestrutura, estradas e escoamento da produção: ferrovias e duplicar a BR-282, custe o que custar	70

Feminicídio e violência contra a mulher: Remediar não está resolvendo, é preciso prevenir	75
Pessoas em situação de rua e a onda das soluções simples e equivocadas para os emblemas complexos	79
Educação: Fim do programa universidade gratuita, combate à evasão escolar, valorização dos professores e turno integral	87
Regulação da distribuição de verbas aos veículos de imprensa..	91
Saúde: Foco na prevenção e investimentos inadiáveis	92
Atração de investimentos: Ambiente seguro, logística e mão de obra qualificada	95
Corrupção: Combate implacável doa a quem doer	97
Defesa Civil: Mais investimento e muito mais ousadia	100
Gestão do Saneamento Básico: Fortalecimento da CASAN.....	101
Segurança: Valorizar nossas polícias e investir em serviços de inteligência	103
Turismo: Visão Transversal e Ampliação de eventos para cidades do interior do Estado.....	105
Migração: Sinal que aqui é terra de oportunidades, cabe nos organizar	108
Distribuição de Renda e Emprego: Muito ajuda quem não atrapalha	110
Por que Ralf Zimmer e não os outros?	112



INTRODUÇÃO

Era um final de semana de uma tarde fria de inverno, em que eu estava sozinho na sala de casa (esposa e filhos haviam saído para passear, cada qual com sua tribo), quando me peguei a pensar (entre um gole de café e uma olhadela em um livro de Luc Ferry em que receava iniciar a leitura): o que significa ser catarinense, e o que me move a buscar servir ao nosso Estado e à nossa gente?

A propósito, não seria minha primeira tentativa de buscar concorrer ao governo do Estado em que nasci e vivo, e amo incondicionalmente. Já havia tentado em 2022, e sai das urnas com uma votação pífia, digna daqueles fracassos mais-que-previsíveis-se-tivéssemos-pensado-com-frieza-antes, que só nos fazem recordar que sim, infelizmente, as vezes nossas limitações parecem intransponíveis.

Ocorre que política não se faz só com razão, mas com coração também. E o coração as vezes se engana, infelizmente,

mas todos estamos sujeitos a isso. Ao menos, todos que se arriscam sair da plateia e pôr a cara à tapa no palco dos protagonistas, o que penso ser este último o meu caso, sem que isso me faça melhor ou pior que qualquer outro.

Afinal, por que concorrer ao governo por uma segunda vez, novamente com recursos precários, numa luta contra gigantes, num projeto fadado, provavelmente, à outra capitulação?

Bem postas as circunstâncias, é isso que pretendo responder nas próximas páginas a mim mesmo, sobretudo à sociedade de Santa Catarina, que paga meu salário de servidor público concursado (sou Defensor Público) e tem todo o direito de saber as razões que legitimam minimamente um empregado seu se afastar três meses de seus afazeres (registre-se: não tinha outro jeito, a lei determina o afastamento obrigatório de servidores públicos para concorrer a cargos eletivos!) para tentar governar o Estado, com poucas chances de isso vir realmente a ocorrer.

Lembremos que como diz o dito popular, somente peru morre de véspera. Fosse para legitimar a competição só dos favoritos não teríamos tido a copa do mundo esse ano, bastava um quadrangular entre Espanha, Inglaterra, França e Argentina, favoritas desde o início. Entretanto, no futebol,

como na política, o jogo é jogado e o lambari é pescado, ou seja, nem sempre vencem os favoritos.

Acompanha-me nos parágrafos e tópicos seguintes, é um convite humilde que lhe faço, e fique à vontade para pular direto para a segunda parte, onde abordo propostas concretas. A primeira etapa é apenas uma síntese autobiográfica que julgo necessária para quem tiver interesse em conhecer as minhas raízes, de maneira que o futuro a que me proponho ajudar a protagonizar vem na sequência, como dito.

É o mínimo que posso fazer nesse momento em respeito à cada cidadão catarinense, e, paradoxalmente, talvez o máximo (além de meus vídeos caseiros para redes sociais). E sem dar *spoiler*, não podemos deixar de lembrar que em primeiro de janeiro de 2026 ninguém levou a sério a pequena equipe de futebol do Barra, mas ela saiu campeã estadual de dentro de minha terra natal, Chapecó. Portanto, jamais devemos desprezar os Davis e acreditar somente nos Golias, não é mesmo?

Saiba, antes de iniciar sua leitura, que após concluir a digitação das páginas seguintes, voltei a esse tópico para escrever o presente parágrafo e o seguinte por lealdade a você leitor, para que saibas como foi concebido este livro, e o foi à

medida que as ideias vinham à minha cabeça e eram transmitidas intermitentemente pelo teclado à tela do computador. Ocorreu-me um repente frenético, e escrevi tudo em três dias (talvez efeito positivo de minha bipolaridade, TDH ou algo do gênero, segundo meus próximos, mas certamente também fruto de muito estudo e vivência no trato da coisa pública em nossa Santa Catarina).

Nem por isso deixarás de ter à sua frente uma obra fruto de um trabalho sério, embora com um misto quicá pouco ortodoxo de furor, frescor, serenidade e sinceridade, sem verniz algum ou revisão por marketeiros políticos, tampouco com preocupações em se ater ao chatíssimo do “politicamente correto”, muito penas pensou-se por um segundo sequer em se conectar com o quê a maioria porventura desejaria ler ou ouvir, o foco foi mantido apenas em relação ao que entendo interessar neste espaço: minhas raízes e nosso futuro em Santa Catarina.

Boa leitura!

PRIMEIRA PARTE – RAÍZES



INFÂNCIA NO MEIO POLÍTICO E UMA FAMÍLIA PLURAL

Nasci em 28 de maio de 1979, nas dependências do então hospital Santo Antônio em Chapecó, corretamente denominada a capital do oeste de Santa Catarina.

Família de minha mãe é a maior parte da região oeste (hoje alguns de seus tios vivem em Joinville e Blumenau), meu pai é de Blumenau, com familiares em Indaial, Timbó e Pomerode.

O casamento dos meus pais durou aproximadamente dois anos. Divorciaram-se. Alguns anos depois, minha mãe se casou com meu padrasto, com quem teve mais duas filhas (as únicas irmãs que tenho, pois, meu pai casou mais tarde e não teve filhos).

Os anos 80, cresci entre Chapecó e Blumenau (essa nas férias), e pude conviver já desde cedo com pessoas das mais variadas classes sociais e com ideias diversas sobre o mundo e a política.

O que me marcou muito nessa época foi a inflação, que todo dia era anunciada na televisão, e mais que isso tinha efeito prático devastador, as famílias compravam o que podiam assim que recebiam o salário final do mês e estocavam, porque era alucinante mesmo, os preços mudavam numa crescente desvairada diversas vezes por dia.

Quando o assunto não era inflação, era “diretas já” e dívida externa. Os anos 80 teve na sua primeira metade uma discussão acalorada no País para a volta da democracia e eleições diretas, o que só veio ocorrer no final da década, em 1989, quando se elegeu em segundo turno Collor de Mello contra Lula da Silva.

A dívida externa era citada pelos políticos com a mesma frequência que citam hoje Trump ou o STF. Era o assunto daquele momento, e todos os políticos diziam ter uma solução milagrosa, desde o calote às mais variadas fórmulas acrobáticas e malucas que se possa imaginar.

Nessa ambiência, minha avó materna, meu pai e meu avô paterno (a primeira em Chapecó, os últimos em Blumenau) tinham uma orientação bem definida às ditas direitas quando o assunto era política. Outro tio meu em Blumenau, era mais

às esquerdas, bem às esquerdas, e a família do meu padrasto era MDB de cruz na testa.

Essa variedade de cores e predileções político-partidárias no seio familiar, desde cedo, deu-me uma oportunidade muito valiosa de ouvir os mais variados pontos de vista sobre os problemas de nossa gente e as possíveis soluções.

Naquela época dos bons e velhos anos 80, quem mais tocou meu coração com a política na realidade não foi ninguém por assim dizer do “meu sangue”, mas o pai do meu padrasto, o saudoso Odilon Serrano, quem eu tomava também por vô (sem menoscabo algum aos meus queridos avós que eram vivos à época e me davam muito amor também).

O seu Odilon havia sido vereador em Chapecó muitos anos pelo MDB, e me levou nos anos 80 em comícios que eram feitos em carrocerias de caminhão, com Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner (que vieram a governar o Estado depois), em campanha para o governo do Estado, para a prefeitura de Chapecó (que o Tio Alan foi candidato, e chegou em segundo em 1988).

Fato marcante nesta época não poderia deixar de ser as eleições presidenciais de 1989, em que eu matava aula (no colégio público estadual Pedro Maciel, onde convivi com colegas de famílias carentes que iam para a aula

principalmente para comer a merenda à falta de alimentação a contento para todos em suas casas) para passar tardes com o vô Odilon trabalhando no comitê do Ulysses Guimarães.

No comitê eu me sentia útil, estávamos afinal trabalhando para ajudar eleger o próximo presidente de nosso País, enquanto na escola eu sentia impotência e tristeza, porque era onde eu convivía com coleguinhas de família muito humildes, e relatos de fome, agressões no lar e cuecas como presentes de Natal me eram chocantes.

Até 1987 eu estudara em escola particular, e não fazia ideia do que era passar necessidade, mas entre 1988 e início de 1990, aprendi que nem todos infelizmente tinham acesso às coisas que eu julgava mais básicas da vida.

Nem por isso deixei de fazer verdadeiros amigos e de vivenciar valorosas lições. Aprendi a permutar lanche, quando a merenda era feijão com arroz ou sopa eu passava meu prato para o Carlos repetir, quando era vitamina de abacate, ele me retribuía.

Aprendi também a me comunicar melhor, porque qualquer palavra mal-entendida podia resultar num soco no meio do rosto a qualquer momento, até mesmo dentro da sala de aula. Levei muitos, deferi alguns. Não me orgulho disso,

mas foi o que vivenciei e ajudou de certa forma, mal ou bem, a moldar minha personalidade combativa.

Voltando à atmosfera da eleição, Chapecó aos meus olhos era no mínimo 90% brizolista, e o restante ficava entre Collor e Afif Domingos, e uns gatos pingados para os demais. Lembro de uma eleição simulada em sala de aula na quarta série levada a cabo pela professora de nome Jussara. Só apareceu um voto para Ulysses Guimarães. Todos sabiam que era o meu. Fiz campanha e tudo, e no final fui objeto de chacota.

Voltei para casa e fiz uma redação sobre democracia, com os poucos conhecimentos que tinha e que provinham do acompanhamento dos telejornais e de ouvir conversas dos mais velhos em reuniões sociais. Tivesse alguém falando de política, e como tinha em 1989, eu colava para escutar.

A professora gostou tanto da redação, que tirou cópia e mandou pendurar no mural da escola, e ainda me disse que eu seria um grande homem na vida. Aquilo me encheu de orgulho e esperança, e sempre me recordo desse dia quando me batem ventos contrários. Busco forças neste episódio até hoje, e costumo encontrar em minha memória afetiva desse dia combustível para seguir adiante. Vejam como é importante um elogio sincero, sobretudo às crianças.

Certa feita, Ulysses esteve na cidade, e promoveu um grande encontro. Lá fui eu com o vô “Dilon”, ocasião que fiquei faceiro com um autógrafo do vice da chapa, o ex-governador da Bahia, Waldir Pires, num pôster de campanha, que depois coleí com orgulho no meu quarto.

Perdemos de vareio a eleição. Ulysses que havia sido a maior liderança democrática durante os anos do regime militar, e que na sequência costurou com maestria a anistia e a redemocratização do Brasil, foi deixado pelo caminho sempre tortuoso das eleições, amargando uma derrota humilhante no que diz respeito à desproporção entre o maior tempo de TV e rádio, e o número de votos que apareceram nas urnas. Venceu um demagogo das Alagoas que todos vieram a conhecer melhor quando tiveram suas poupanças bloqueadas no ano seguinte.

Começou os anos 90, e lá veio minha família de muda para Florianópolis, não sem antes eu acompanhar o chamado urgente do noticiário que nosso governador, Pedro Ivo Campos, havia falecido. Cai em lágrimas, como se tivesse morrido um tio (embora eu nunca tenha visto Pedro Ivo ao vivo à exceção de um comício em Chapecó, que o vi à uma distância considerável...), coisas que a paixão política desperta. Até aí tudo bem, porque só minha avó havia me visto

chorar até aquele momento por causa de política (o pior viria depois na adolescência), e mesmo assim me deu uma bronca, naquela linha que homem não chora...e como eu chorava (e confesso, choro até hoje, emociono-me facilmente...).

Chego a Florianópolis, e minha mãe muda-se para o norte da ilha, e eu não pensei duas vezes. Fui morar com a vó. Principal atrativo não era nada pessoal, mas a vizinhança. Por ironia do destino, minha avó materna que não suportava a esquerda e nem o PMDB, mudou-se para o bairro agrônômica, na Rua Frei Caneca, num edifício ao lado (adivinhem só!) do comitê do PMDB, em ano eleitoral, que prato cheio.

Novidade nenhuma que eu viveria enfiado naquele período no comitê eleitoral emedebista, de maneira até que formamos um comitê mirim do então candidato ao governo do Estado, Paulo Afonso Vieira. E o comitê era às veras, tanto que arrastei a meninada toda do prédio para lá. Nos reuníamos todos os dias. E ali tive que fazer meu primeiro arranjo político. Um rapaz que era mais velho e mais popular que eu no condomínio, e ele só aceitou ir e levar o grosso da patota que ele comandava se lhe fosse dada a presidência. Fiz as contas, e conclui que não daria para enfrentá-lo, era pegar ou largar, dar a presidência a ele e ter o comitê mirim, ou não termos nada. Cedi, a muito contragosto, cedi, mas preservei a

vice-presidência, e o que mais interessava no momento, a criação mesma de um comitê político mirim.

O próprio Paulo Afonso nos visitou, e gostou tanto da ideia, que gravou um programa inteirinho conosco no Dia das Crianças (aquela época a eleição era em novembro somente).

Não bastasse o laço que levamos na eleição presidencial de 1989, para governo em 1990, outra tunda, e o nosso adversário, Vilson Pedro Kleinubing, do então PFL, levou a eleição em primeiro turno. E, pior, minha vó que era eleitora mais às direitas, e não votava no MDB nem por todo ouro do mundo como ela dizia, chegou a apostar comigo. Naquela época era uma febre entre a meninada o tal do Walk machine, uma espécie de patinete motorizado, custava caro, e na realidade hoje vejo que minha família não tinha condições mesmo de ter me agraciado com o brinquedo. Ocorre que minha avó aproveitou a eleição para dizer não de forma elegante. *Olha meu neto, aposto que teu candidato, o Paulo Afonso não ganha, se ele ganhar te dou a patinete, mas só se ele ganhar.* O tongo aqui caiu. (Essa história relembrei anos depois às risadas com João Paulo Kleinubing (filho do ex-governador Vilson), que se tornou ao longo da vida um grande amigo meu).

Bem, depois disso, em 1992 veio o impeachment de Collor, mas não cheguei ir à rua de cara pintada. Não tive coragem de contrariar minha avó, que me proibiu na ocasião de forma veemente. Não foi por medo, foi por respeito a ela (na época era normal respeitarmos os mais velhos, “bons modos” se chamava, pena que parece ter saído de moda), que para mim naturalmente sempre foi e sempre será mais importante em meu coração que qualquer político ou causa política (*When I find myself in times trouble, Mother Mary comes to me, Speaking words of wisdom, let be ...* como diriam os Beatles...Mary, em tradução livre, é Maria, nome de minha saudosa e eterna avó).

No ano seguinte, mais precisamente em 12 de outubro de 1993, caiu no mar na região de Parati (RJ) helicóptero que transportava, entre outros, Ulysses Silveira Guimarães, o corpo até hoje não foi encontrado.

Senti uma dor profunda com o episódio fatídico, e cai na besteira de chorar copiosamente na frente dos meus amigos de infância (amigos até hoje). É só chegar alguém novo na turma (até hoje!), que lá vem um e diz: você sabia que o Ralf chorou até quando o Ulysses morreu? Hoje vejo com orgulho meus genuínos sentimentos, mas na adolescência na frente das paquerinhas da época, sentia-me caçoado, que era como queriam meus amigos que eu me sentisse. O que pode ser tido

hoje por Bullying, naquela época era tomado por “coisas da idade”. Ninguém (ao menos que eu conheça) guarda traumas por conta disso (não estou a fomentar ou romantizar o bullying, hoje as coisas mudaram, no entanto, naquela época era diferente e mais brutas, e mais autênticas, as relações interpessoais, só isso).



O ESPORTE E AS SUAS VALIOSAS LIÇÕES

Em 1994, noutro ano eleitoral, eu já estava com 15 anos e meus interesses eram outros. Treinava voleibol (e sonhava me tornar jogador profissional), jogava futebol por laser, e me dedicava aos meus primeiros romances (não vem ao caso maiores detalhes).

A política havia saído do radar, embora o plano real fosse a vedete do momento (e depois veio a se confirmar como a maior conquista da economia nacional, trazendo a tão sonhada estabilidade da moeda, abandonando o ciclo inflacionário doentio que corroía as rendas de nossas famílias. Loas a Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), meu foco naquele ano era me reunir com os amigos e sonhar com o

tetra. E veio! Bons tempos... santo Baggio promoveu o dia mais feliz na minha vida até aquele momento, na garagem da casa do saudoso Altamiro Melego minha turma foi ao delírio junto aos lendários gritos de Galvão Bueno: é tetra! é tetra! é tetra!

Nada de relevante durante 1995, que não meu retorno pela segunda vez à minha terra natal (a primeira havia sido no início de 1992), Chapecó, para visitar os amigos nas férias de julho.

Em 1996 me mudei para a cidade de meu pai, e fui morar com ele e meus avós, no intuito de compatibilizar um desejo de longa data, que era apenas morar com meu pai (quem desde os 2 anos eu só via em minhas férias), e para participar da equipe de voleibol da cidade, que era naquele momento a melhor do Estado com sobras, e caminhava para a criação de uma equipe profissional.

Poderia ter votado nesta época, já tinha dezessete anos, no entanto, não fiz o título, e assim escapei de uma saia justa. Isso porque a vida veio a me presentear nos anos seguintes com a amizade de Wilson Wan-Dall, Décio Lima e Dalírio Beber, três lideranças de projeção estadual que disputavam a prefeitura da cidade naquele ano.

Wan-Dall havia sido centro avanço do time do Flórida no bairro fortaleza, na formação contemporânea com meu pai e o tio Rui. Meu pai e meu saudoso avô, Siegfried Zimmer, foram de Wan-Dall. Tio Rui mais às esquerdas, sempre, certamente foi de Décio Lima do PT, e, de quebra, arrastou minha saudosa avó, Hemmiltraud, para o mesmo lado.

Na época não havia segundo turno em Blumenau, nem urna eletrônica. Wan-Dall era favoritíssimo, no entanto, ocorreu uma reviravolta tecida nos bastidores (há quem diga) que impulsionou Décio Lima, que aparecia em quarto nas pesquisas, a vencer as eleições.

Vejam o que é a vida. No ano seguinte, por meio de meu amigo, grande advogado, e jogador de vôlei que chegou ser convocado à seleção brasileira de base, Fernando Becker, conheci pessoalmente o Wan Dall. Anos depois criamos amizade já aqui em Florianópolis, onde Wan Dall exerce há décadas o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Em 2018 (voltarei a esse assunto mais à frente) entrei para a política partidária por meio de Dalírio Beber, então senador pelo PSDB que assumiu a vaga de titular com o passamento de Luís Henrique da Silveira (MDB), e 4 anos depois conheci Décio Lima por meio de amigos em comum, e malgrado

diferenças partidárias, desenvolvemos uma respeitosa e bonita amizade também.

Aproveito o ensejo para registrar que a política tem disso, adversários ideológicos ou partidários podem as vezes deixar as diferenças de lado e nutrirem sentimentos mais elevados que os unem, como relembrar com alegria e afeto nossas regiões, nossas histórias e nossas alegrias e decepções com essa aventura fantástica que se chama vida.

Mas, o presente tópico não é somente sobre política, é sobre lições que o esporte de competição me trouxe. Na década de 90 do século passado a internet era rústica e pouco acessível, e só veio pipocar em terras catarinenses, salvo melhor juízo, na segunda metade da década, e de forma bem tímida. Eu ao menos fui criar meu primeiro e-mail somente em 1999. Smartphone, não existia.

Digo isso, porque naqueles tempos as fontes de informação eram muito mais restritas que na atualidade. Se hoje a aparente *vida fácil* que permeia as redes sociais gera ilusões, naquela época o diminuto repertório de informações como os outros viviam, também era fonte de equívocos em nossa autoanálise.

Nesse contexto, em 1992, após a seleção brasileira de voleibol masculino conquistar a primeira medalha de ouro em

esporte coletivo para o Brasil em uma olimpíada, em Barcelona, apaixonei-me pelo esporte, e incentivado pelo tio Carlos (que via em mim um possível talento, tadinho, o tempo provou que ele estava errado) iniciei a prática da modalidade na ASTEL (Associação dos Servidores da Telesc), num ginásio que ficava no lado oposto às quadras de tênis, em que treinava um tal de Gustavo Kuerten, o Guga, você já deve ter ouvido falar nele (contém ironia, catarinense que se preza não só ouviu muito falar no Guga, mas fala dele sempre que pode, e com todo orgulho do mundo. Não é para menos, certamente a personalidade mais importante de nosso Estado, que demandaria alguns livros para falar a respeito).

Ocorre que na escolinha de vôlei, em que misturavam meninos e meninas, eu me achava “o cara”. Não havia internet para maiores informações, imaginava que o mundo voleibol era só aquilo ali que eu vivenciava.

No ano seguinte, em 1993, disputei as primeiras competições, e começou cair a ficha que eu não era tão bom como eu imaginava ser. Mas, não desisti, empenhei-me. Início de 1994 treinei num clube chamada seis de janeiro, que aí era só com meninos e voltado à competição. Naquele mesmo ano fui treinar na Escola Técnica, com o saudoso Badeco. Noutro

ano, 1995, estava representando Florianópolis no campeonato estadual e nos joguinhos aberto do Estado.

Não parei por aí, queria me profissionalizar. E o melhor time e melhor estrutura no Estado para a prática do voleibol era indiscutivelmente em Blumenau, na Escola Luterana Barão do Rio Branco, local em que o saudoso Professor Arthur Novaes treinava não somente os representantes de Blumenau no vôlei, mas também a seleção catarinense que representava nosso Estado em torneios nacionais.

Bom, a Barão, como falam em Blumenau, era o colégio que estudavam meus primos, ou seja, momento perfeito para unir o útil ao agradável. Morar, enfim, com meu pai, e treinar no melhor local para a prática do voleibol até então em Santa Catarina. Joguei-me, dei tudo de mim, e foi pouco. Não consegui me profissionalizar e percebi que teria de fazer escolhas difíceis, pela primeira vez em minha vida.

Era chegado o momento de escolher uma carreira universitária, ou se dedicar para um esporte que eu amava, e amo, mas que o mercado era muito mais disputado que um vestibular, e já me dava sinais claros de que eu não estava na prateleira da excelência.

Esporte de alto rendimento costuma nos dar uma lição muito clara, não há espaço para titubear e para os bons,

somente quem entra cem por cento pode talvez encontrar a excelência, e assim poder aspirar viver da atividade. Eu titubeava, e creio que embora muito esforçado, não o fui o suficiente para os padrões de excelência exigidos.

Restou-me àquela altura ressignificar o primeiro grande sonha frente à primeira, não menor, frustração. O que pude tirar de lição dessa fase de minha vida parece clichê, mas não encontro outras palavras para expressar que não essas: você quer conquistar algo grandioso em sua vida, terá de pagar um preço grande para isso também, e, mesmo assim, não terá garantias. A vida não costuma dar nada de valioso facilmente a ninguém, ou se der, as pessoas não costumam valorizar como deveriam.

Seja como for, aprendi também nesse período a respeitar adversários, colegas de time, trabalhar em equipe, com metas, afínco, e dar tudo de si diariamente, mas sobretudo aprendi que apesar de todo esforço nem sempre a vitória sonhada vem, e quando chega, nem sempre chega na hora desejada. A vida não é uma ciência exata.

O voleibol acabou me trazendo grandes amizades. Tornei-me amigo de um dos maiores jogadores da história do esporte, que foi jogador e depois treinador, da seleção brasileira, o

grande Renan Dalzotto, cuja esposa, Annalisa, ajudou-me na minha primeira viagem ao exterior, onde fiquei na casa de amigos do casal em Parma, na Itália, em 2002, e desde então cultivo amizade com Andrea Armagni (filho do casal Ugo e Sandra, amigos de Renan e Anna), e nos visitamos ao longo desses anos algumas vezes. Minha mãe e a Analisa foram madrinhas de casamento dele com nossa também querida amiga Tecla.

Em poucas palavras, a competição esportiva no voleibol me ensinou a reafirmar os valores desse pedacinho com tamanho de um por cento apenas do nosso maravilhoso Brasil, cujo orgulho não tem nada de menoscabo aos demais irmãos brasileiros de outros Estados (salvo o pensamento de um punhado de imbecis e criminosos racistas que infelizmente ainda temos por aqui, mas que não representa nossa hospitaleira e amável gente), é apenas o sentimento legítimo que resulta de um povo que em geral acredita nos valores do trabalho sério, da honestidade e persistência, e que não se dobra jamais diante dos desafios da vida, de maneira que tantas vezes que cair, levantará, e voltará mais forte.



AS LIÇÕES TRAZIDAS PELOS ANOS DE REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

Bem, uma coisa que talvez não tenha ficado muito claro quando falei de esforço e dedicação em geral no capítulo anterior, é que o treinamento no voleibol, além de exaustivo (ao menos nos anos 90, não sei como é hoje) era formatado na base de demasiada repetição.

Em 1997, entre idas e vindas (já em vias de ceder aos meus limites e desistir de buscar me profissionalizar no voleibol), eu cursei, não com muito entusiasmo, o curso de Administração na FURB (Fundação Universidade Regional de Blumenau). Final daquele ano tomei uma decisão. Voltar a Florianópolis e dar outro rumo à minha vida.

Influenciado pelo amigo de todas as horas, Felipe Melego, resolvi seguir seus conselhos e passos, e cursar direito. 1998 foi um ano maravilhoso, à exceção de perdermos a final da copa por três a zero para a França. Em agosto daquele ano iniciei o curso de direito na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, campus de Biguaçu.

Investi em minha formação. Na verdade, meu pai investiu. Possibilitava-me comprar todos os livros que eu desejasse todo santo semestre, além de pagar minha mensalidade, o que não era nada fácil para ele. Esforçar-me era o mínimo para retribuir o investimento, que depois de formado passou a ser de minha mãe e meu padrasto, cujo sustento que me bancaram possibilitou-me focar em meus estudos para concurso como poucas famílias infelizmente podem propiciar aos seus filhos já na vida adulta notadamente.

Após formado (2003), presto o primeiro concurso para o Ministério Público (2004), passo da primeira fase, passo da segunda, fico entre 56 candidatos, e aí capitulei. Semana seguinte, comecei o primeiro concurso da magistratura, e cheguei até a fase da prova oral (já em 2005), onde sai reprovado por quatro dos três avaliadores. Deixei péssima impressão na entrevista que havia antes da prova oral (depois o CNJ eliminou essa fase), fui extremamente reativo e mal-educado com os desembargadores/examinadores. Fruto de um sentimento de insegurança profunda em poder vir a dar um passo para algo que eu realmente não estava pronto sob a perspectiva da maturidade. Reprovação mais que certa e justa.

Ocorre que a partir daí cai numa espiral movida por sentimentos não tão nobres. Comecei querer compensar a falta de maturidade com a performance. Entrei numas de

querer causar. Passar só não me bastava, meu ego exigia-me recordes (uma verdadeira idiotice, vendo hoje, o que comprova que realmente era ainda imaturo). Queria registrar as maiores notas na história das provas.

Até que em um concurso, acertei 85% das questões na primeira etapa (e parecia ser a maior marca das provas, ao menos de “minha era” por assim dizer), estava em primeiro no certame, agora sim, sentia-me seguro para dar um passo à frente. Ocorre que sobrevieram questões anuladas, pulei para 86, mas um colega que estava com 84 me passou, foi a 87. Até aí tudo certo, afinal, era apenas a primeira etapa, e eu mal ou bem tinha provado a todos (ao meu sentir) que eu era foda!

No entanto, concurso público não é sobre bater recordes uma ou outra etapa. É sobre disciplina, e equilíbrio em todas as etapas. Está mais para maratona que para salto em distância. Sendo assim, levei mais um ferro naquele concurso que me referi no parágrafo acima, logo na etapa seguinte, e vou passar apenas alguns anos depois. Detalhe: quando a vida me impunha desafios diários bem mais difíceis, com filho pequeno, (então) esposa grávida do segundo, trabalhando o dia inteiro, ou seja, sem tempo para firulas, tive que fazer o que deveria ser feito, e fiz, passei no primeiro concurso para Defensoria Pública de Santa Catarina.



***DEFENSOR GERAL – DEPUTADO FEDERAL –
PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO – AUTOR DE
IMPEACHMENT – CANDIDATO A GOVERNADOR E
A DÍVIDA COM RANZOLIN***

Muitas poucas pessoas têm a sorte de conhecer na vida alguém com o coração, sabedoria, experiência e visão de Ivan César Ranzolin, eu tive.

O lageano Ranzolin é nada menos que o cidadão vivo com mais mandatos na história de Santa Catarina, e se buscarmos a biografia daqueles que já se foram, pouco provável que Ivan não fique no top três.

Deputado Estadual inúmeras vezes, Deputado Federal, vice-prefeito de Lages, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), e primeiro Defensor Geral que nosso Estado teve, muito resumidamente é o currículo do Dr. Ivan.

Para falar dos feitos do Ivan se faz necessário um livro próprio para tanto. Ele já me pediu, e eu aceitei, farei nos próximos dois anos, até porque o material a selecionar não é pouca coisa não. O homem só não fez chover de baixo para cima, ainda.

Voltemos ao no de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) havia decidido no julgamento conjunto de duas ações constitucionais, que Santa Catarina deveria obedecer ao estatuído na Constituição Federal de 1988, e estruturar uma Defensoria Pública para atender à população de vulneráveis de nosso Estado.

O então Governador, Raimundo Colombo, mandou então projeto de Lei à ALESC, criou-se a Defensoria Pública, e para realizar o primeiro concurso e administrar a Instituição recém-nascida por aqui, foi dado mandato a Ivan César Ranzolin, como Defensor Geral do Estado, ladeado pelo sub Defensor Geral, ex-presidente da OABSC, Sadi Lima, e, por George Dias Zacarão (primeiro Corregedor Geral da Defensoria Pública). Muito bem assessorados juridicamente por Leandro Maciel, formataram e comandaram a Defensoria dos catarinenses até 2016.

Na época, alguns amigos da área jurídica me incentivaram a prestar o concurso da Defensoria Pública. Diziam que eu tinha vocação. Sinceramente, não tinha certeza sobre minha vocação à essa altura da vida, e a única coisa que queria era estabilidade financeira para sustentar minha família. Era só isso que me motivava a fazer concurso.

Havia sessenta vagas, passei em quinquagésimo oitavo. Chamaram inicialmente apenas os quarenta e cinco mais bem colocados. E nos meios jurídicos se dizia que iria sair um convênio com a OABSC. Fui à Sede da Defensoria, conheci Leandro Maciel primeiro, que me orientou a judicializar, subi ao último andar, e quando vi o Dr. Ivan fui extremamente autêntico (confesso, também grosseiro) com ele, e disse: O senhor está sentado na minha cadeira (a cadeira de Defensor Geral). Quanta pretensão a minha.

Entretanto, querer se tornar Defensor Geral não era uma pretensão tirada do nada. Quando conferi a lista de aprovados, recordo-me que além de mim, nem meia dúzia dos colegas teriam idade para conduzir a Defensoria Pública após o estágio probatório (precisava e precisa ter 35 anos, idade que eu implementaria no ano seguinte).

Havia, ainda, na época um concurso a terminar. Magistratura do Rio de Janeiro. Eu já havia passado da primeira e da segunda fase, faltavam apenas as fases de sentença e a oral. Botei nas mãos de Deus, larguei o estudo, e pensei, for para passar lá, passarei, não for serei o primeiro Defensor Geral do Estado de Santa Catarina, e chega de concurso por essa encarnação.

Bem, fui fazer as provas de sentença na cidade maravilhosa, recém papai pela segunda vez. Isadora nascera

semanas antes. Fiz e passei na prova de sentença penal naquele domingo (fui o primeiro a sair da sala para ver um jogo do Flamengo, que acabamos perdendo para o Botafogo por dois a zero no dia do aniversário do Zico), mas no sábado fui insuficiente na prova de sentença cível. Fim de vida de concurseiro. Próxima parada, a Defensoria Geral de Santa Catarina.

Foram três anos às turras com o Dr. Ivan, com meus colegas (havia uma tensão natural para definir quem seriam as lideranças da turma), até o dia que meus colegas decidiram praticamente à unanimidade entrar com uma ação popular contra a tríade da administração superior da Defensoria no intuito de demovê-los dos seus cargos e trazer para os concursados o comando da Instituição.

Fiz uma escolha muito refletida. Eu queria ser Defensor Geral e nunca escondi de ninguém. Mas, eu não era o único, e eu tinha uma desvantagem, os primeiros quarenta e cinco colegas (que tomaram posse antes dos últimos quinze, grupo do qual eu faria parte) já haviam se dividido em dois grupos coesos. Eu não tinha grupo (os colegas que entraram comigo foram migrando politicamente aos poucos para os outros dois grupos já estabelecidos).

De outro lado, eu realmente não concordava com um pedido específico da ação, que pugnava pela devolução de salários dos acionados em relação ao período que já haviam trabalhado.

Portanto, sinto muito, disse eu aos meus colegas. Não vou assinar a procuração para entrar com a ação. Feito o ajuizamento, o Dr. Ivan viu que somente eu (e mais dois colegas que eram lotados na cidade de Chapecó na época, salvo melhor juízo) não estavam na ação. Eu já estava lotado na Capital naquela época, após breve passagem pela cidade de Tubarão.

Fui chamado na manhã seguinte ao ajuizamento de aludida ação para o gabinete do Dr. Ivan. Ele me fez uma proposta republicana. Ralf, deixemos nossas diferenças de lado, ajude-me a tocar a Defensoria? Respondi de pronto, sim, mas desde que me dê condições de eu criar uma espécie de cartório para movimentar com mais organização os processos que entram e saem daqui (na época os processos ainda eram encartados em autos de papel e circulavam entre o fórum e a Defensoria por meio de oficiais de Justiça que os traziam, e nossos membros ou servidores que os devolviam junto com nossas manifestações para protocolo). Fechado, disse o Dr. Ivan.

Ali selamos mais que uma parceria de trabalho, mas uma genuína amizade que perdura até hoje. Deu certo nosso cartório. Sobreveio eleição para formar lista tríplice para a Defensoria Geral. Disputei com duas valorosas colegas. Cheguei por último, como Cristo, comecei com doze, um fraquejou, fiz doze votos (contando com o meu). Pensei em renunciar ao direito de compor a lista. O colega que coordenou a campanha da segunda colocada me convenceu aguardar. Muito embora, desacreditando, mantive-me no páreo.

Com o apoio de Ranzolin (presumo que do Dr. Sadi também,) e certamente com a ética e boa influência do Leandro, do Sérgio Brasil e do Zacarão, fui do inferno ao céu. Governador Raimundo Colombo me nomeou como o primeiro Defensor Público Geral de carreira do Estado de Santa Catarina. Vitória pessoal inesperada que fez valer a pena as experiências anteriores não exitosas.

Detalhe, à essa altura do campeonato eu já havia feito pós-graduação em gestão pública avançada na Escola de Governo do Estado de Santa Catarina, conveniado com a ENA (*École National*) que na França formou alguns de seus presidentes da República, e que aqui me impulsionou a estudar francês na Aliança Francesa, além, do essencial, destaque que deu ao meu franciscano currículo e deve ter influenciado em minha

nomeação. Agradecimento especial ao Dr. Sadi Lima, que deferiu meu pedido de pós no exercício da Defensoria Geral naquela oportunidade (Dr. Ivan estava de férias no período).

O Dr. Ivan, antes de me passar o bastão, capitaneou a costura da pacificação na carreira, de modo que a Dra. Ana Dihl Cavalin, a mais votada na lista tríplice, aceitou ser Subdefensora Geral, e contribuiu de forma tão notável para a construção da Defensoria Pública, que passei a ela o bastão em 8 de março de 2018, e ela, pela sua competência própria foi reconduzida ao cargo no mesmo ano, e dirigiu a Defensoria até início de 2020. Dr. Ronaldo, que havia coordenado a campanha de Ana, foi o primeiro Corregedor de carreira, e hoje ocupa o cargo de Defensor Geral do Estado.

Entre setembro de 2016 e março de 2008, dobramos as entregas da Defensoria, economizamos, aprovamos leis na ALESC em prol dos membros e servidores, conduzimos o primeiro mutirão no Brasil em presídios femininos para dar à mulher vulnerável o mesmo direito que o STJ à época dava à esposa do ex-Governador Fluminense, então preso, Sérgio Cabral, o que levou a influenciar ao depois até mudanças na legislação processual penal em benefício dos direitos das mães de todas as crianças brasileiras.

Usei o plural no parágrafo anterior, porque não fiz nada sozinho (*embora se diga ser clichê afirmar que não se*

consegue ir longe sozinho na vida, a experiência tem me mostrado que é uma máxima verdadeira), pelo contrário, contei em cada passo com uma equipe comprometida de forma obstinada em entregar o melhor para o catarinense, e claro, sempre sob a orientação de meu inestimável amigo, Dr. Ivan César Ranzolin.

Em 2018, fui convidado a ser candidato a deputado estadual, pelo então presidente do PSD, Gelson Merísio, mas como a Defensoria Pública tem iniciativa de Lei, eu não queria competir contra quem me ajudou na ALESC, queria correr a Deputado Federal, ainda, porque também me interessava àquela altura pautas que estavam na esfera da República, e não do Estado.

Naquele mesmo ano, acabei aceitando o convite do então Senador Dalírio Beber, pelo que me filiei ao PSDB, concorri a Deputado Federal (como desejava), e nossa nominata conseguiu eleger uma representante, a Deputada Geovânia de Sá, pelo que fiquei na enésima suplência (18^a, algo assim), ou seja, nunca assumi a cadeira. Seria muita pretensão com apenas aproximadamente dois mil e quinhentos votos, dos quais sou muito grato a quem depositou confiança em mim.

Em 2019 assumi a presidência da Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina (ADEPESC), reduzi

despesas de custeio (gosto muito desse tema, mudei na oportunidade a Sede que era numa bela sala comercial por um local menor, num coworking, bem mais barato, e o suficiente para os fins que eu entendia devidos), mas o que me deu certa projeção nessa época foi o que tomei conhecimento enquanto presidente de associação, qual seja, numa aparente fraude de aumento salarial em outra carreira.

A questão tomou ares de representação por impeachment do então governador Carlos Moisés, não sem antes renunciar a presidência da ADEPESC, até porque fiquei isolado entre meus colegas e resolvi fazer sozinho a representação, e, como tinha por dever não prejudicar meus liderados, antes de protocolar o pedido, renunciei à presidência da Associação, na sequência me desfiliei, e voltei apenas recentemente a compor seus quadros, sem cargo algum.

O pedido de impeachment rendou bons e maus frutos. No campo histórico, foi o primeiro na história do Brasil (ao menos depois de 1950) a acarretar num afastamento cautelar de um Governador por decisão de um Tribunal composto por Deputados e Desembargadores. No mérito, não foi procedente, mas ao menos cacifou o Dr. Márcio Probst, meu colega de tempos de escola da magistratura, dileto blumenauense que também estudou na Barão, a alçar ao cargo

de Desembargador pelo quinto constitucional, após ter presidido vitoriosa e insuperável defesa de Carlos Moisés.

Lado ruim, foi o que presenciei nos bastidores, interesses que foram desvirtuados ao longo do processo. Acordos inesperados entre adversários simplesmente em prol do poder pelo poder. A juridicidade, os padrões de Justiça e da boa política, ao meu humilde sentir, poderiam ter sido mais festejados.

Seja como for, o processo de impeachment, a pandemia, as experiências que já tinha tido como Defensor Geral do Estado, como presidente de Associação de Defensores, e a observação diuturna da vida dos vulneráveis paralelo à vida política de nosso Estado, senti-me capaz de me pôr a governador. Fui convidado antes pelo meu amigo Jeferson Rocha a sair a deputado. Disse a ele, amigo, consegues arrumar um partido? Ele disse, sim. Ótimo, respondi, então vou a governador. Feito, ouvi do outro lado da linha. E lá fomos nós.

Batalhas jurídicas para manter a candidatura pelo então PRÓS (Partido Republicano da Ordem Social, hoje incorporado ao Solidariedade), que se digladiava nos Tribunais Superiores entre duas correntes no âmbito da direção nacional, e aqui tinha um grupo também interessado

em nos ver fora da disputa, foi até a última semana do primeiro turno das eleições. Vitória nossa, acachapante, contra o então governador Carlos Moisés e o MDB que infelizmente o apoiava. Perderam para mim nos Tribunais, e na urna o catarinense nem os deixou irem para o segundo turno. Tiveram o que mereciam naquela oportunidade. Não guardo rancores, se eles eventualmente guardarem, problema deles.

A campanha em si me deixou um gosto pessoal de incompletude, na medida em que por questões pessoais que vinham desde o processo de impeachment, infelizmente tive que focar mais em desmascarar certas figuras que queriam enganar o catarinense, que enaltecer as minhas propostas, às quais eram muito bem avaliadas ao menos quando chegavam ao conhecimento de setores sérios da imprensa que me entrevistaram com foco propositivo.

E esse gosto de tarefa incompleta me motivou voltar em 2026 para disputar o governo do Estado de Santa Catarina mais uma vez, na certeza de que no que me cabe, que é dar tudo de si, dentro dos lindes legais e éticos, farei, e esse livro é parte desse compromisso pessoal antes de tudo com minhas raízes, mas mirando o nosso futuro.

SEGUNDA PARTE – FUTURO.



UM CORTE NECESSÁRIO, ANTES DO QUE UM GOVERNADOR PODE FAZER, DEIXEMOS CLARO QUE NÃO PODE

As redes sociais trouxeram por um lado a possibilidade evidente de maior circulação de informações, entretanto, também possibilitaram que imbecis, falsários, criminosos e impostores tivessem maior campo para expandir seus negócios escusos.

Na política não tem sido diferente, e nem é preciso entrar na questão das chamadas “fake News”, ditas notícias falsas, não raro veiculadas para esculhambar indevidamente com a imagem dos adversários e promover maus caracteres, o ponto aqui é um pouco mais sutil.

Como é natural ao ser humano buscar se sentir pertencente, alguns políticos inescrupulosos têm buscado criar uma ligação de identidade com setores da população usando, para tanto, de pautas que os cargos aos quais postulam não possuem o poder de fazer absolutamente nada a respeito dessas questões.

Ora, embora nossa brava gente em tempos passados se autodenominaram a “República Juliana”, fato é que Santa Catarina é um Estado pertencente à indivisível e soberana República Federativa do Brasil, ou seja, pode fazer muita coisa, mas não todas as coisas.

Isso porque, nossa Constituição Federal delimita uma série de questões, umas que cabem somente à União deliberar por meio do Congresso Nacional (competências exclusivas), outras que cabem aos municípios e outras aos Estados, ora em caráter também de exclusividade, ora em caráter suplementar ou concorrente entre os aludidos entes federativos.

Dito isso, devemos ter em mente que questões como cota de minorias em universidades, *homeschooling* (ensinar os filhos em casa ao invés de matriculá-los em escolas), uso obrigatório de câmeras em uniforme de policiais militares, criminalização de condutas ou aumento ou diminuição de penas, uso de armas, aborto, casamento gay, regime de governo e forma de Estado, disposição dos Tribunais nacionais e circulação de pessoas em nosso território, estão fora da alçada do governo do Estado, logo também não devem ser objeto de deliberação de deputados estaduais sob pena de não virem a valer absolutamente nada.

Portanto, é preciso deixar em português bem claro, eventuais pré-candidatos ao governo do Estado ou a deputado estaduais que vierem tocar nos temas referidos no parágrafo acima, ou são completos estúpidos, ou estão querendo te enganar ao tratarem a respeito de temas em busca apenas de identificação, mas sem nenhum aspecto prático que possam fazer a caso vierem a se eleger.

Sobre cotas em Universidades, final do ano de 2025, a ALESC aprovou Lei, ao depois sancionado pelo Governador do Estado, querendo proibi-las nas universidades do Estado. O próprio Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu a legislação, ao depois o Supremo Tribunal Federal, na mesma toada, enterrou a legislação.

Deve-se aludido episódio a respeito das cotas, bem como tentativas de regulamentação sobre *Homeschooling* nos Estados, à falta de conhecimento (ou vontade de apenas jogar para fazer média), uma vez que as diretrizes da educação provêm de lei federal.

Em relação ao uso obrigatório de câmeras em uniformes da polícia militar, é outra matéria que não cabe mais discussão. Não vou nem perder meu tempo, nem o seu, para tentar entrar no mérito de uma matéria já decidida e pacificada inclusive judicialmente. É dever de Policial Militar

em serviço fazer uso de câmeras em seus uniformes que gravem suas respectivas atuações no exercício de suas funções diárias. Ponto. Já está decidido no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e do Supremo Tribunal Federal, e pré-candidato ou candidato amanhã depois a governo ou deputado estadual que disser que vai combater isso não passa de um picareta, estelionatário ou completo imbecil que, das duas uma, ou está muito enganado e não sabe o mundo em que vive, ou quer te tirar para otário, uma vez que como já dito: uso de câmeras nos uniformes de policiais militares é matéria já decidida no âmbito Judiciário e não há nada que governador ou deputado estadual possa fazer.

Quando o assunto é combate à criminalidade, é batata, maioria absoluta dos políticos correm para o discurso clichê em prol de aumento de penas, diminuição de maioridade penal e afrouxamento das exigências legais para a população poder ter acesso lícito a armas de fogo.

Questões que também fogem totalmente à regulamentação no âmbito dos Estados e não demanda a menor perda de tempo em discuti-las aqui. Acaso quiseses falar a respeito, fale somente com candidatos à presidência da república, deputados federais e senadores, e se vires algum candidato a governador ou deputado estadual falando sobre

esses temas, corra, é um impostor mentiroso de marca maior querendo te fazer crer que ele pode fazer algo a respeito em cargos estaduais, não, não pode. Saiba disso.

Aborto, teu candidato a governador ou a deputado estadual ser contra ou a favor tem o mesmo peso a respeito de sua opinião sobre a reprodução das abelhas do Zimbábue, nenhum. Está no Código Penal, desde 1940 a regulamentação do tema, que também é de competência exclusiva da União, logo trate dele se for do teu gosto com pré-candidatos à presidência da república, senado ou câmara federal.

Casamento gay, acaso seja contra em relação a terceiros (se foi você pedido em noivado, a escolha é sua) tens duas opções hoje. A primeira, procurar uma terapia, na linha freudiana preferencialmente. A segunda, mudar-se para um país teocrático islâmico como o Irã, que lá continua proibido. Aqui é questão já decidida no Judiciário faz anos, e não há absolutamente nada que candidato algum possa fazer.

Falou em “intervenção militar” ou “fechar o Supremo” desborda à liberdade de expressão fora do “animus jocandi”, ou seja, às veras, é caso de polícia (gostes ou não, é fato típico penal prevista em lei), e de mais a mais, nada, absolutamente nada tem a ver com os poderes conferidos aos futuros deputados e governador de Santa Catarina. Essas questões só

servem para medir a ignorância, o charlatanismo, a imbecilidade ou a bandidagem mesma de que insiste nela. Veja, não falei em eventual impeachment de Ministro ou Ministros em específico, nem vou falar, porque esse assunto é de competência do Senado Federal, trata, pois, com seu pré-candidato senado acaso entendas ser o caso.

E, para finalizar esse tópico, acaso vires algum candidato ao cargo que for pregando que moradores de rua não entraram mais em Santa Catarina, tenha certeza, tens um fraudador, estelionatário e/ou psicopata completamente mentiroso em sua frente, uma vez que ninguém pode impedir brasileiro nato de circular livremente em território nacional sob nenhum pretexto, gostemos ou não (Sobre a questão propriamente dos moradores de rua tratarei mais adiante, importante saberes desde já que não é possível governo estadual fechar fronteiras catarinenses a brasileiro nenhum).



INOVAÇÃO (SOBRETUDO NA GESTÃO PÚBLICA): UMA REVOLUÇÃO NO TEMPO E ESPAÇO

Não me recordo de nenhum político com essa promessa específica de mais vida ao seu povo. Eu a faço, e explico como a realizarei se for da vontade da maioria da nossa gente.

Em primeiro lugar, não estou prometendo a aquisição e distribuição de nenhuma espécie de suposto elixir da juventude, tampouco me imiscuindo em searas que cabem às religiões que pregam a vida espiritual após a morte física, e muito menos tratarei do empenho das ciências biológicas em pesquisas que buscam aumentar a expectativa de vida das pessoas.

Recordo-me de frase repetitiva (que eu a tomava por uma chatice) de meu pai na minha infância: “filho, sabe o que o pobre tem igual ao rico? O tempo, o tempo filho, faça bom uso dele”.

Bem, veio a vida adulta, as experiências de trabalho, sobretudo em cargos de gestão, e, de quebra, o isolamento imposto pelas medidas sanitárias ao tempo da pandemia do

COVID-19, e as palavras de meu pai começaram a me fazer sentido.

Permita-me voltar um pouco no tempo. Certa feita, numa palestra nos idos de 2005, eu ouvi uma frase atribuída a um dos maiores vultos jurídicos, políticos e da oratória em Santa Catarina, saudoso advogado, professor, escritor e desembargador, Dr. Norberto Ulyssea Ungaretti, que dizia assim: “a cabeça pensa onde os pés pisam”.

Desde então procurei refletir mais onde pisava para ver se era possível extrair lições que melhorassem minha vida num primeiro momento, para depois poder virar para os demais e dizer, olha só, por aqui o caminho é melhor.

Mais ou menos uns dez anos após dita palestra eu cursava pós-graduação em gestão pública avançada na Escola de Governo do Estado de Santa Catarina, que na época ficava na SC-401, longe da região central. Havia necessidade natural de deslocamento, e com ele a necessidade de gerir melhor o tempo que dividia entre o trabalho, a família e o projeto pessoal de se tornar Defensor Geral.

Nessa época, comecei a refletir sobre a possibilidade de os serviços públicos se tornarem mais acessíveis à população, e como primeira medida que me veio à cabeça foi intuitiva, ou

centralizamos maior número possível de serviços em um único local e/ou levamos os serviços até as pessoas. Ninguém merece ficar preso no trânsito, perdendo tempo, perdendo vida.

Na sequência, quando ascendi a Defensor Geral observei outra variável: custo dos imóveis, o que é muito caro ao contribuinte, uma vez que não se trata apenas da locação e manutenção, mas a contratação de serviços de segurança e limpeza pela lei deve passar pela licitação e contratação de empresa terceirizada, que encarece os postos de trabalho até porque é uma empresa, e empresa precisa dar lucro aos seus sócios obviamente.

Paralelo a isso, eu observava nas ruas centrais da cidade um novo modelo de negócio privado, os chamados *coworking*, que nada mais são que salas de reunião locáveis por ora, e não mensalmente, para atender a demanda de reuniões presenciais esporádicas em muitos ramos de negócios.

Essas circunstâncias me deram a ideia de tentar migrar os prédios em que a Defensoria Pública funcionava no Estado para escolas públicas ou até mesmo onde funcionava outras instituições, como as Procuradorias do Estado e Municípios, no intuito de otimizar o uso de espaços e reduzir custos assim.

Mas, naquela oportunidade não era tão simples implementar esse tipo de política. Primeiro, porque havia contratos, cujas multa rescisórias não era nada doces. Depois, movimentos dessa ordem exigiriam um planejamento conjunto com outras instituições que em tese poderiam dividir mesmo espaço conosco.

Os impasses burocráticos pensei que seriam de menos. Contudo, o mandato de Defensor Geral é curto, dois anos apenas, e se meu segundo ano já coincidiria com ano eleitoral, onde as coisas avançam pouco por conta do foco passar a ser nos corredores do governo e da ALESC naturalmente o pleito que se avizinha.

Para piorar a situação, a cultura de gestão pública naquela quadra histórica era totalmente oposta ao que eu pensava como correto. Tínhamos as chamadas Secretarias de Desenvolvimento Regional, verdadeiro cabide de cargos comissionados com fins mais políticos do que de gestão, essa que é a verdade. E tudo isso se centrava em locações de prédios e mais prédios, e embora os demais Estados da Federação estivessem mergulhados em insolvência, os mandatários de Santa Catarina com as contas no azul queriam saber de outras pautas, menos em mexerem em contratos consolidados de locação de edifícios e de serviços com empresas terceirizadas.

Vieram as eleições de 2018, a chamada onda Bolsonaro impôs a vitória do número 17 naquela oportunidade em Santa Catarina, e eu não era mais Defensor Geral, e nem queria ou podia voltar a ser por já ter empenhado palavra com outra colega, mas teríamos eleições da associação em 2019, e para lá que mirei. Com ajuda de muitos colegas, construímos uma chapa de consenso, comigo na presidência.

Herdei uma administração associativa redonda. Não tenho do que me queixar. No entanto, meu espírito inquieto queria saber de implementar modelo de gestão mais moderno possível. Fiz as contas, e percebi que não era tão necessário assim manter a locação de uma sala muito bem localizada no centro de Florianópolis, podíamos tranquilamente migrar para o endereço de um coworking, até porque a atividade da presidência da associação era eminentemente na ALESC e em Brasília. Migramos para o coworking e cortei custos como desejava.

Na sequência, sobreveio a pandemia do COVID-19 e todo aquele caos dela decorrente que bem, infelizmente, lembramos. Mortes. Lockdown. Incertezas. Tensão.

De outro lado, a pandemia forçou ampliar o que muitos já faziam de certa maneira, o chamado trabalho remoto. Audiências que antes no Poder Judiciário eram feitas somente

com presença física, passaram a ser realizadas por vídeo conferências. Reuniões dos mais variados grupos públicos e privados, que faziam a alegria dos setores de transportes e hoteleiro, em detrimento do contribuinte uma vez que o erário tinha que pagar as despesas do deslocamento dos seus servidores, também passaram a ser realizadas por vídeos.

Apenas para teres uma ideia, digite aí no google: “quanto que a União economizou com diárias com vídeos conferências na época da pandemia”.

A resposta que o google me deu foi essa: “o Governo Federal economizou cerca de R\$ 450 milhões apenas com o pagamento de diárias de março de 2020 a junho de 2021. Somando-se a isso as despesas com passagens e locomoção, a redução total de gastos com viagens no período do trabalho remoto chegou a R\$ 962 milhões”.

Bem verdade, que no pós-pandemia, grande parte dos serviços públicos e privados votaram ao chamado presencial, que para mim deveria se chamar presencial-físico, uma vez que a vídeo conferência em tempo real também é presencial, embora o som e a imagem sejam evidentemente virtuais.

Antes de adentrarmos nas polêmicas sobre os pró e contras do trabalho virtual, é preciso refletirmos sobre outros

três temas que se inserem no tempo e espaço de nossas rotinas, quais sejam, a mobilidade urbana, a popularização do acesso à internet ao menos em Santa Catarina e a necessidade de mensurar a produtividade dos servidores públicos.

A questão da mobilidade urbana tem afetado a todos em nosso Estado, notadamente as cidades maiores, e quem mais sofre é a população de baixa renda que depende do transporte público com todo seu desconforto inerente. Horários escassos, preço das passagens, linhas que nem sempre levam aos lugares desejados.

De outra lado, a inserção digital em Santa Catarina é a olhos vistos. A maioria das pessoas, mesmo das classes mais simples, conseguem ter acesso a um aparelho de telefone e internet.

Já em relação aos servidores públicos, estar de corpo presente não é garantia de eficiência, de entregas, é preciso mensurar a produção. Na Defensoria Pública de Santa Catarina, desde sua implementação, temos obrigação de apresentar relatórios trimestrais sobre a nossa atividade, e na minha gestão passamos a exigir que esses relatórios sejam acessíveis ao público na página da própria Instituição, em respeito à transparência.

Feitas essas considerações, tenho a registrar que pude observar no pós-pandemia que na imensa maioria das vezes as pessoas vulneráveis preferem saber dos seus processos por meio de contato por aplicativo de celular ou e-mail do que se dirigir pessoalmente ao gabinete que exerço minhas atividades. Evidente, é mais prático e menos oneroso acessar um sinal de WI-FI num comércio numa comunidade carente de Florianópolis para pedir a informação de um processo, que pegar dois ônibus e perder um período inteiro do dia, para ter acesso à mesma informação ao vivo.

Não estou a pregar à uma virtualização total dos serviços públicos, mas a pensar nas transformações que a sociedade passou recentemente, e no que a população efetivamente deseja. E posso assegurar, por experiência própria, o cidadão quer resposta rápida para suas demandas, e prefere que na imensa maioria das vezes seja por aplicativo de celular ou tele chamada que num sofá confortável de uma repartição pública que lhe custa horas de seu dia para se dirigir de sua casa para lá, e de lá para seu trabalho.

A revolução de tempo que se impõe com as atuais tecnologias reflete diretamente em nossos espaços, na medida em que as demandas aumentam por meios eletrônicos com objetivo do cidadão de economizar seu tempo (para ter mais

vida com a família, filhos, amigos, laser e até para não perder trabalho!) passa a exigir mais do serviço público o fomento desses canais modernos de comunicação (vídeo chamada, aplicativos, etc.) paralelo à desnecessidade que se passa a ter em custear salas e prédios bojudos tal qual o fazia no último século.

Portanto, não dá para falar em um Estado eficiente sem que seus serviços sejam ofertados de maneira expedita por meio digital à população. As pessoas, mais do que nunca, carecem de tempo, e para se deslocar fisicamente, notadamente com as dificuldades impostas por problemas de mobilidade urbana, tem preferido o uso de meios eletrônicos, e o serviço público não pode ficar de costas para essa realidade, há que avançar e muito na seara digital.

Claro que há serviços que precisam ser presenciais-físicos, como cirurgias a rigor (embora se tenha tecnologia para médicos operar à distância, ao menos o paciente precisa de um ambiente hospitalar), mas não estou pregar a migração completa dos serviços públicos para os canais eletrônicos.

Ocorre que é preciso otimizar os serviços estatais. Mudar o modelo de gestão. Passar a fazer uso de espaços de forma compartilhada, como por exemplo, no mesmo prédio abrigar a Defensoria Pública Estadual, o Procuradoria do Estado, o

PROCON e a Procuradoria do Município, preferencialmente próximo às escolas públicas ou em suas dependências mesmo, para possibilitar aos pais resolverem suas questões com economia de tempo, promovendo, para tanto, uma espécie de rodízio físico-presencial de servidores paralelo ao trabalho presencial-virtual de seus colegas, tudo a ser aferido por relatórios periódicos de produtividade para fins tanto de promoção, ou de ajustes ou até de exoneração a bem do serviço público em caso de desídia.

E mais, falar em mais vida à nossa gente, preservando seu valioso bem que é o tempo, penso em ampliar para todos os serviços estaduais o exemplo da Defensoria Pública, que faz uso de um furgão para incursionar em comunidades carentes, levando seu serviço de forma itinerante a quem mais precisa, penso que assim deve ser o Estado e seus serviços, ir até o cidadão e não o esperar no seu trono em sua torre de marfim.

De quebra, com esse modelo de Estado que proponho, teremos a redução de custo com alugueres de prédios e contratos com empresas terceirizadas responsáveis por serviços de limpeza, segurança, cozinha e transporte, e com as verbas que sobram, poderemos viabilizar projetos que trataremos nos próximos tópicos.



MODELO DE GESTÃO 100% TRANSPARENTE

Senão todos, a absoluta maioria da população clama por procedimentos transparentes no setor público, notadamente porque sustentado pelo fruto do trabalho de nossa gente.

Modelo de gestão 100% transparente que proponho é aquele em que qualquer cidadão de qualquer lugar do mundo possa entrar no sítio eletrônico do Estado e digitar o nome de quem quer que for, ou de quaisquer empresas que tenham contrato com o poder público, e possa ter acesso ao relatório de produtividade de todo e qualquer servidor, sua agenda diária, quanto percebe financeiramente do Estado, sob quaisquer títulos (salário, indenização, férias, etc), quais os dias que pediu e gozou de licença e por quais motivos.

Modelo de gestão 100% transparente também implica em informação precisa sobre os tributos estaduais que incidam sobre cada produto ou serviço taxado pelo Estado.

Acesso aos currículos das pessoas que ocupam cargos em comissão, ao banco de horas de trabalho dessas pessoas, aos seus relatórios periódicos de produtividade

O povo tem o direito de fiscalizar o poder público, precisa dos meios, e de meios mais claros, para poder exercer sua fiscalização sobre seus empregados, uma vez que todo e qualquer servidor público é empregado de sua gente, e num Estado, o primeiro empregado da população é o governador que ela elegeu, e esse deve dar o exemplo, e não fazer como um de outrora que foi até a Justiça para impor sigilo no diário de bordo do avião que utilizava, a custo de nossos tributos, para nos esconder com quem voava.



REDUZIR IMPOSTOS, É TÃO SIMPLES ASSIM?

Reduzir impostos é uma questão daquelas em que se vê mais mentiras em propagandas políticas do que areia na praia.

Isso porque, a vida não funciona como nos filmes que retratam imperadores de antigos impérios que acordavam, dirigiam-se a mesas de banquete e lá pelas tantas chamavam alguém e mandavam anunciar que tinham tomado a decisão de reduzir, criar ou acabar com um determinado tributo.

Para reduzir ou aumentar tributos há uma burocracia intrincada, que em resumo não permite a diminuição de impostos sem se apontar a fonte que suprirá (compensará) a perda de receitas decorrente de tal atitude.

É preciso ter em mente que o cargo de governador do Estado não confere ao agraciado um cetro, uma coroa e súditos fiéis. Muito pelo contrário, é uma atividade cercada por uma rede de leis, decretos e ritos ao meio de pressões de toda ordem regidas por interesses dos mais variados matizes.

Portanto, não tem problema em princípio seu candidato a governo do Estado ou a deputado estadual dizer que é contra aumento de tributos. Mas, cabe a ti perquiri-lo ou pesquisar sua vida pregressa sobre a questão para não cair em desgosto, e, ainda, sobretudo, perguntar-lhe, como, como farás para reduzir impostos, e quais impostos reduzirás, e quais de onde apresentarás receitas para demonstrar a compensação de caixa e não vires a responder por crime de responsabilidade fiscal ou impeachment?

Aí você deve estar se perguntando, presumo, à essa altura, e você Ralf Zimmer, é favor de redução de imposto e sabes como fazer, diz aí então sabichão?

Respondo-lhe com o maior prazer. A contabilidade estatal no que concerne às saídas de caixa (gastos ou investimentos)

até onde sei se centra em custeio (pagamento de aluguéis, de fornecedores etc.) e em pessoal (subsídios, vencimentos, salários).

Com o modelo de Estado que primamos, centrado na redução de espaços físicos e expansão do uso de tecnologias de comunicação, projetamos economias com a redução de custos de alugueres de prédio, contratos com empresas terceirizadas de serviços (limpeza, segurança, cozinha, motorista) e com fornecedores (menos pessoas trabalhando em prédios do Estado consomem menos luz, água, café, papel higiênico, produto de limpeza).

Assim, uma vez implementado um modelo de Estado que pretendemos fazer, sobrarão milhões no campo custeio, de maneira que se tratará de receita apta a justificar redução de tributos, que por sua vez costuma aquecer a economia, uma vez que barateia serviços e produtos, o que acelera a roda da economia, e tende a por a sociedade modo ganha-ganha.

Evidentemente aqui me ateno a um desenho do quadro geral, operacionalização demanda pormenores muito técnicos que não convém desvelar neste espaço, sob pena de perdermos o fio da meada do que nos importa passar no momento, e não queremos isso.



BENEFÍCIOS FISCAIS

Benefícios fiscais não são daqueles assuntos do tipo *malpassado* ou *ao ponto*, pois demandam um conhecimento profundo da atividade econômica e reflexões seríssimas antes mesmo de opinar, que dirá de conceder ou não esses benefícios.

No mundo dos *ursinhos carinhosos*, como diz um amigo meu, ou no da *Alice no país das maravilhas*, como diz outro, é tentador pensar que todos são iguais perante a todas às leis e a todo tempo, não são.

Desculpem-me, não tenho por objetivo, nem tempo, para entrar em questões filosóficas mais profundas a respeito de como as coisas deveriam ser num mundo ideal, tampouco sou dado a fazer projeções partindo de premissas ingênuas, prefiro ganhar tempo e praticidade, encarando os fatos como eles são, e a partir desse ponto buscar possíveis alternativas às questões que se impõe.

Bem, o mundo corporativo é cruel, acionista quer lucro, e para tanto pouco importa se a empresa recolhe tributos para

Santa Catarina, o Brasil ou para o Rio Grande do Sul ou Paraguai.

No entanto, para um governo que se importa com as pessoas e a economia local, com os empregos, diretos e indiretos, que as empresas geram, é evidente se preocupar em atrair investidores, e sobretudo manter as atividades responsáveis por empregos, rendas e tributos nos seus domínios.

Em outras palavras, um governo que não avalie conceder benefícios fiscais, corre o risco de ver indústrias e empresas essenciais à atividade econômica do seu Estado fecharem as portas e partirem para operar em outros Estados e até outros países, e, pior, causando desemprego, perda de receita estatal e um impacto em todo setor produtivo por vezes a depender do tamanho e do setor do negócio.

A União Federal, outros Estados e outros países concedem benefícios fiscais, portanto, faz parte do jogo econômico, e Santa Catarina pelo jeito até hoje tem jogado bem esse jogo se comparado seus índices de desenvolvimento humano e seu caixa com outras unidades federativas.

É dizer, podemos e devemos discutir e fiscalizar amiúde todo e cada incentivo fiscal, entretanto, quem tem mais de três

neurônios jamais pregará medidas extremas do tipo isentar geral ou isentar ninguém, fizer isso quebra o Estado e corre o risco de ser impichado e/ou preso.

Até porque, vale lembrar, que benefícios fiscais por vezes afetam diretamente de forma positiva a população mais vulnerável, que por questão de justiça social, ou até por razões simples de proporcionalidade, deve(riam) ser menos onerados. A propósito, veja medida nesse rumo tomada em nosso Estado:

SC ZERA ICMS DE ARROZ, FEIJÃO E QUATRO TIPOS DE FARINHA; ENTENDA

Objetivo é reduzir preço de alimentos essenciais. Consumidor final deve sentir efeitos em outubro.

*O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi zerado em Santa Catarina para seis itens da cesta básica: **arroz, feijão e as farinhas de trigo, milho, mandioca e arroz.** O consumidor final deve esperar a baixa nos preços a partir dos 10 primeiros dias de outubro, informou a Secretaria de Estado da Fazenda.*

A medida vale até 30 de abril de 2026.

*Todos esses produtos terão as alíquotas reduzidas dos atuais 7% para 0% nas operações internas destinadas ao consumidor final. A medida está prevista na **lei número 19.397/2025** e começou a valer nesta semana.*

*Para que o desconto alcance o consumidor final, serão desonerados do recolhimento do ICMS os setores envolvidos **desde a produção agrícola até a comercialização dos produtos.***

Um pacote de arroz vendido atualmente a R\$ 6, por exemplo, poderá ter o preço reduzido para R\$ 5,58 com os 7% de desconto do imposto, mantendo a margem de lucro do estabelecimento. A mesma lógica vale para o feijão e as farinhas, com reduções proporcionais.

A Associação Catarinense de Supermercados (Acats) também participou das conversas sobre a medida. “O impacto no preço final dependerá de fatores como fornecedores e logística, mas a decisão cria um ambiente mais favorável para conter a pressão de custos”, declarou Alexandre Simioni, presidente da Acats.

POR QUE OS PREÇOS SÓ DEVEM CAIR EM OUTUBRO?

A queda no preço só deve ser percebida em outubro porque os supermercados ainda têm mercadorias compradas com a alíquota antiga de 7% nos estoques, de acordo com a secretaria.

O desconto chegará ao consumidor final à medida que os produtos nas prateleiras forem substituídos por itens com o imposto zerado. A expectativa é que essa transição leve cerca de um mês.

PRODUTOS CATARINENSES MAIS BARATOS

A medida, na prática, também torna mercadorias catarinenses mais atrativas, já que somente os alimentos produzidos no estado poderão ter o imposto zerado em todas as fases da cadeia, da agricultura ao mercado.

Se o produto vier de outro estado, o ICMS catarinense será de 0% apenas na última etapa, da venda ao consumidor.

Por exemplo: o preço de um pacote de arroz trazido de fora cairia de R\$ 6 para R\$ 5,93, enquanto uma marca similar catarinense teria o mesmo valor reduzido para R\$ 5,58. A diferença, portanto, será um fator de competitividade extra para os produtos de Santa Catarina.

“Os consumidores catarinenses terão um motivo concreto para dar preferência aos alimentos produzidos em nosso estado. Além de aproveitar plenamente a redução do imposto incidente sobre toda a cadeia produtiva, a escolha pelas marcas de Santa Catarina fortalece a economia local”, declarou o secretário de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert. (in SC zera ICMS para arroz, feijão e quatro tipos de farinha | G1, pesquisado em 12.7.2026)

Dito isso, manteremos políticas de incentivos fiscais, sempre com transparência máxima, levando ao conhecimento de todos quem são os beneficiários e quais são os valores, para que se promova o debate e a fiscalização constantes, no afã de buscar a todo momento estar aperfeiçoando esse tipo de política no interesse de nossa gente catarinense e respeitando os princípios constitucionais que regem à administração pública (legalidade; impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a teor do disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988).



INFRAESTRUTURA, ESTRADAS E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: FERROVIAS E DUPLICAR A BR- 282, CUSTE O QUE CUSTAR

Quando se fala de infraestrutura estamos a falar de um assunto muito caro ao catarinense, que querer tem todo o direito de escoar sua produção e viajar com sua família com segurança e em tempo hábil em nossos domínios.

Fala-se muito em rodovias, quando a questão diz respeito à infraestrutura, até porque é o modal de transporte que mais utilizamos aqui em Santa Catarina.

Contudo, há de se pensar, planejar e executar obras que permitam a ampliação dos modais de transportes além das rodovias, para os aeroportos, portos e ferrovias.

Chegou-se a cogitar na criação da chamada ferrovia do frango na década passada, que ligaria o oeste catarinense, setor produtivo da ave para abate, aos portos em nosso litoral.

Grosso modo a dificuldade aponta foi geográfica, a serra no meio do Estado seria um empecilho muito custoso para a obra a ponto de inviabilizar de tirá-la do papel.

Contudo, tem-se notícias que há lampejos em busca da construção desse modal essencial para a logística do setor produtivo, há quem diga que uma empresa catarinense está em vias de entregar um projeto de construção ferroviária ao governo do Estado.

Devo dizer que, uma vez eleito governador do Estado, assumo o compromisso por escrito aqui de empenhar todos os esforços para que tenhamos uma malha ferroviária decente em nosso Estado, a médio e longo prazo será vital para nossas pretensões justas de nos mantermos competitivos no mercado internacional, uma vez que esse tipo de modal reduz muito os custos logísticos, tornando nossos produtos mais competitivos naturalmente.

Voltando a questão das rodovias, há um anúncio de um projeto chamado Via mar, que seria uma rodovia paralela a BR-101 cortando Santa Catarina de norte a sul na altura do litoral. Objeto de disputa de narrativas políticas entre o governador Jorginho Mello e João Rodrigues, ambos candidatos ao governo do Estado, tal projeto demanda mais esclarecimento à população que servir de cabo de guerra entre os dois, como tem se observado infelizmente.

Claro que é importante em criar alternativas aos gargalos históricos da BR-101, no entanto, o que mais me toca quando o assunto são nossas Rodovias são as BRs 470 e 282. A 470 até que enfim deslanchou, está sendo ampliada, o trecho que passa na frente da casa do meu encontra-se à feição, mas há trechos ainda em obras. É uma BR que já custou a vida de muita gente em acidentes que seriam evitáveis tivéssemos uma duplicação a tempo e modo, que está vindo somente agora.

Em relação a BR-282 é uma tremenda vergonha. Construída entre 1960 e 1975, com mais de 600 km, teve até hoje apenas aproximadamente 40 km duplicados. A rodovia que liga o oeste catarinense ao litoral é um tapa na cara de nossa gente e marca maior da incompetência e descaso de nossa classe política, que se mostrou incapaz por décadas de fazer algo de relevante para essa rodovia. Santa Catarina precisa urgente duplicá-la. Uma vez eleito, essa será não apenas minha prioridade número um, mas minha obsessão.

Feitos esses registros, devo lembrar que como você não suporto promessa de político. A gente sabe o que precisa, o que está errado e não adianta vir em época de eleição “os mesmos de sempre” dizerem que vão resolver o que nunca deram conta quando poderiam e deviam.

Bem, eu ao menos não faço parte dessa elite política que estive por décadas à frente do comando do nosso Estado, o que já julgo ser um excelente começo.

Por outro lado, tenho uma ideia não muito original, porque já é prevista em lei há algum tempo, mas pode e deve se mostrar eficiente, qual seja, abriu edital de concorrência nacional e internacional para a obra, e contar com parcerias público-privadas.

Combina melhor preço, qualidade e menor prazo de entrega. Leva. Não dá mais para esperar por Brasília para fazermos a duplicação da BR 282. É obra federal, é, mas não duplicar é nunca, cabe a nós fazer o que deve ser feito. Reclamar deles já estamos a 50 anos, e nada mudou, e muito provável pouco mudará infelizmente.

Vamos fazer à moda catarinense, qual seja, tomando a frente dessa empreitada desafiadora nós mesmos.

Como pagar uma obra dessa magnitude? Fique tranquilo, também me fiz essa pergunta. Bem simples, não tendo dinheiro o suficiente no caixa do Estado, e não deve ter para tudo isso, pedágio vai ser a saída.

Antes pagar por algo que funcione, que correr risco de morte numa estrada depauperada como se encontra. Fazer essa duplicação não é apenas importante para mim, é mais que um desejo ou compromisso de campanha, é uma obsessão de vida como já disse, e para teres uma ideia, esse tem sido meu sonho quando o assunto é legado.

Quero ser o governador de Santa Catarina que duplicou a BR-282, e uma vez eleito não vou descansar um segundo até conseguir esse feito que não é nada menos do que nosso povo merece, malgrado tenha sido esquecido nas últimas décadas pelos políticos profissionais nesta questão, não é mesmo?

Outro ponto interessante no escoamento da produção, há que se ter em mente que o uso de aviões (dado sua maior velocidade) é importante quando se trata de produtos perecíveis, como frutas, flores e pescados, razão pela qual nosso governo vai focar em ampliar os aeroportos de Chapecó e Navegantes, e vai promover uma parceria público-privada para a obtenção de aeronaves de grande porte voltadas exclusivamente ao auxílio do escoamento da produção.

Em poucas palavras, uma boa logística para escoar a produção não se compraz com apenas estradas, mas exige uma combinação inteligente de todos os modais de transportes (aéreo, ferroviário e de navegação devem entrar na equação

também), e é ciente disso que vamos traçar projetos, metas e atrair investimentos privados que, em combinação com recursos públicos, vai melhorar e muito a vida do produtor catarinense.

Nessa toada, para otimizar e integrar os modais de transportes, criaremos uma Secretaria própria, Secretaria de Logística (com a redução de atribuições e cargos que tem a atual Secretaria de Obras), que trará cientificidade milimétrica aos avanços que precisamos imprimir na questão do escoamento de nossa produção, e assegurará a combinação perfeita entre estradas, ferrovias, portos e aeroportos.



***FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
REMEDIAÇÃO NÃO ESTÁ RESOLVENDO, É PRECISO
PREVENIR***

Venho de uma família matriarcal, em que as mulheres têm historicamente posição de merecido destaque. Sou marido de uma mulher maravilhosa, e tenho dois filhos sensacionais, um menino e uma menina, e se tem algo que me envergonha em Santa Catarina, são os altos índices de feminicídio.

É fato público e notório que fui réu numa ação penal sob a égide da Lei Maria da Penha, que acabou com uma Procuradora de Justiça concordando com pedido de nulidade feito pelo meu advogado, e com o Judiciário extinguindo de ofício o feito (sem que eu houvesse pedido), o que me mantém o que sempre fui, réu primário e cidadão com bons antecedentes, para a tristeza dos meus detratores políticos, que queriam me colar a pecha de agressor de mulher. Não sou, nunca fui, nunca vou ser e tenho nojo e ódio de quem o seja.

Aumentar a repressão penal em relação a esses crimes, como quanto a quaisquer outros, compete for o caso ao congresso nacional que detém a competência exclusiva em legislar em matéria penal como já adiantei no início dessa segunda parte deste livro, ou seja, não é matéria afeta ao governo do Estado ou a ALESC.

Contudo, não podemos perder de vista que a Lei Maria da Penha tem vinte anos, e desde que criada, ano após ano, foi sendo recrudescida, e infelizmente não foi o suficiente para diminuir, ao contrário, aumentaram os números de feminicídios ultimamente.

Assim, temos que pensar em medidas que não esperem chegar a esse ponto. A pena por pior que seja, não trás nenhuma vida de volta. O ideal é evitar o crime, porquanto tem

sido lugar comum que quando resta a mulher ou familiares pedirem intervenção da Justiça penal a situação está por um fio ou já é infelizmente irreversível.

Não estou pregando que se alivie para agressores. Nada disso. Mas, que temos que encontrar soluções que permitam as mulheres a se livrarem de relacionamentos com homens agressivos antes mesmo que as agressões comecem a ocorrer de fato.

Veja, esse ano saiu uma lei federal importante, de n. 15.409/2026, que devidamente expõe o nome dos condenados por violência contra a mulher. Assim, no âmbito estadual cabe fomentar informações que cheguem a todas as mulheres a respeito dos nomes desta lista. Eu, uma vez eleito, vou criar um aplicativo gratuito que será franqueado a todas as mulheres de nosso Estado para livre pesquisa. Sabendo no começo que o cidadão que posa de amoroso é um canalha agressor, é mais fácil se livrar da besta do que depois de envolvida emocionalmente.

Outro ponto relevante é instituímos políticas públicas que facilitem as mulheres que moram juntas com seus maridos ou companheiros obterem meios de sair de casa sem ter que esperar chegar ao ponto de estar abaixo de ameaças e

agressões, para isso a educação em direitos (além do usual: denuncie seu agressor) como à moradia, pensão alimentícia, ao divórcio ou reconhecimento e dissolução de união estável, deve ser levado a todos os lares.

Acredito também que a educação machista de outrora, que tratava a mulher como objeto e submissa aos homens deve ser desconstruída já nos bancos da escola. Não estou a pregar educação ideológica, mas de direito mesmo. Educação constitucional. Mulher não é objeto e não é submissa a homem nenhum. Ponto final. E quem não é capaz de entender isso está na sociedade errada, procure se mudar para um país com ditadura confessional machista, porque numa república democrática homem não é mais que mulher, tampouco é seu dono, e muito menos tem direito de ameaçá-la ou reprimi-la, que dirá agredi-la. Tem que aprender isso desde tenra idade, e que esses são princípios inegociáveis, e o lugar de quem os viole é na cadeia.

Nessa mesma toada, desde cedo também devemos ensinar, inclusive, nas escolas, que as meninas não devem aceitar que homens lhes digam o que possam fazer ou não, que lhes levante a voz ou tente as diminuir com comportamento machista que o for, e ne menor sinal disso estar instruída a denunciar na escola, que deve tomar medidas pedagógicas específicas com os meninos que não tenham essa

compreensão de direito das meninas, e não sendo suficiente, recorrer ao Juizado da Infância e Juventude, para tratar judicialmente a questão antes que seja tarde demais reverter a mentalidade e o comportamento criminoso frente a quaisquer mulheres.



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A ONDA DAS SOLUÇÕES SIMPLES E EQUIVOCADAS PARA OS EMBLEMAS COMPLEXOS

Mendigo, dizia-se quando eu era criança. Depois passou a ser denominado morador de rua, como se a rua fosse lugar para se morar com dignidade, não é, nunca foi e nunca será. Agora, o politicamente correto fala em pessoas em situação de rua. Faz sentido, na medida que nem todos que estão na rua lá sempre estiveram a viver, tampouco que continuarão nelas.

Questões conceituais a parte, o problema é sério, recorrente e não possui um meio simples para pronta solução.

Em Florianópolis essa população em situação de rua cresceu muito nos últimos anos, mas não é problema exclusivo da Capital.

Muita gente atribuiu indevidamente às duas últimas gestões da Prefeitura de Florianópolis, de Gean Loureiro e Topázio Neto, a culpa pelo agravamento da situação ao argumento que “teriam facilitado a vida de quem se encontra nessas circunstâncias” com locais para recolhimento e refeições.

O ponto não é “dar de comer e de dormir”, o que torna Florianópolis atrativa às pessoas em situação de rua é a mesma coisa que a torna para pessoas com posses, qual seja, um lugar maravilhoso para se viver. Natureza exuberante. Clima ameno. Coisas que dinheiro nenhum compra, e quem não tem um puto no bolso também pode usufruir, pois a natureza não cobra. Pense você (consigo mesmo), preferias viver em situação de rua nos invernos rígidos de Chapecó ou Lages ou em volta da figueira bela e fagueira da Praça XV no centro maravilhoso de clima gostoso de Floripa?

Não podemos nos esquecer também dos ruídos bem altos no sentido que muitos prefeitos além-ponte teriam promovido excursões só de ida com suas populações de rua para Florianópolis, fatos que, inclusive, teriam sido objeto de

investigações policiais que ainda não se conhece o desfecho oficial.

Para completar o imbróglio na nossa Capital, há ainda investigações policiais em andamento também a respeito da destinação, em tese, ilegal que teria sido dado a verbas públicas na pasta de assistência social recentemente.

Sem dizer o período nefasto em que a cidade contou com um Secretário que se preocupava mais em fazer vídeos sensacionalistas para as redes sociais, que apresentar soluções concretas senão para a resolução, para a mitigação do problema.

Abstraída todas essas questões florianopolitanas acima, pessoas em situação de rua não é uma prerrogativa exclusiva de nossas cidades em Santa Catarina ou no Brasil, é um fenômeno mundial.

Entre 2024 e 2025 tive a felicidade de poder viajar a Alemanha e depois ao Canadá visitar parentes, ocasiões em que me chamou muita atenção a população de pessoas em situação de rua em cidades riquíssimas, como Munique e Hamburgo no velho mundo, e em Montreal, no Canadá.

Digo mais, essas minhas observações presenciais se deram em período de inverno deles, nem a neve, tampouco as temperaturas abaixo de zero mostraram-se óbices a quem deseje, ou não tem realmente outra opção, que não buscar sobreviver nas ruas ao relento.

O diagnóstico é claro, aumentou a população mundial exponencialmente nas últimas décadas, e a legião de miseráveis, excluídos dos bens e serviços por uma série de razões que dariam outro livro, ficaram para trás. Não é todo mundo que herda imóveis, propriedades e dinheiro do papai, e a única luta que trava na vida é contra os irmãos pelo tamanho do quinhão na bojudá herança.

Nas ruas têm bandidos, claro que têm, tal qual nas mansões em Jurerê internacional, conforme estatísticas policiais. Mas, a grande maioria são pessoas em situação de penúria mesmo, seja porque encontraram infortúnios na vida (desemprego, ausência de parentes ou amigos em condição de ajudar etc.), seja porque caíram na drogadição e encontraram (ou já tinham) distúrbios mentais.

Esse inferno existencial de nossos irmãos em cristo foi um prato cheio para os falsos cristãos culpá-los de absolutamente tudo de mal que se tem na cidade, no Estado, na vida, no País e no mundo.

Ocorre que a questão não é sobre procurar culpados, mas sobre como encontrar caminhos que possibilitem essas pessoas saírem das ruas e terem uma vida que comumente nos habituamos chamar de “normal”.

E esse trabalho com a população de pessoas em situação de rua é de formiguinha, exige paciência, profissionais especializados, psiquiátricas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros etc. Tudo que não precisa são canalhas com objetivos sensacionalistas e baixos de lacrar em redes sociais, fazendo uso indevido de imagem alheia (sem autorização consciente de seres em situação indigna, tampouco acompanhados por profissional que os esclarecessem dos seus direitos, sobretudo de não precisar ceder imagem para humilhação e execração públicas).

Internações compulsórias, parecem-me cabíveis, mas só com aval da justiça em ações individualizadas e devidamente instruídas, o que desmonta as convicções de papelão dos especialistas doutrinados em bolhas de redes sociais formada por ignorantes metidos a sabichões, que na realidade não sabem fazer o ó com o fundo do copo.

É dizer, não há uma “bala de prata” para “resolver de uma vez por todas a questão das pessoas em situação de rua”. Aliás,

até há, A Finlândia resolveu. O governo deles pagou oferece apartamentos individualizados para uso permanente e sem exigências em troca. O que é impensável, evidentemente, fazer no Brasil, País em que milhões de pessoas trabalham a vida inteira e não conseguem adquirir um imóvel para si e suas famílias.

Assim, como aprendi em casa desde cedo que só se promete o que se pode cumprir, não vou prometer resolver a situação das pessoas em situação de rua em nosso Estado. E quem te prometer, está mentindo, garanto-lhe.

O que posso prometer, e aqui o faço, é uma vez eleito trabalhar essa questão em conjunto com todos os nossos prefeitos e com os demais governadores de todos os Estados. Adotando políticas que permitam pessoas que pararam nas ruas voltem, querendo, para seus municípios de origem. Até porque é crime impedir a circulação de brasileiro nato em período de paz no território nacional. Assim, o investimento que farei com profissionais especializados será para tratar a questão com humanidade, dentro das regras legais de maneira que se não resolver todos os casos (e certamente não vamos), mitigá-los.

Traçaremos uma meta mensal, trimestral, anual, a quadrienal para a redução do número de pessoas vivendo nas

ruas, mas para traçá-la antes de tudo cadastraremos todas, com todos os dados possíveis, para traçar seus perfis individualizados, para facilitar a criação de grupos de trabalho e estratégias de abordagem conforme perfis. Não chegamos em quatro anos nessa situação, foram décadas de descaso.

Não há como resolver em curto prazo, serão outras décadas de muito trabalho sério (se houver boa vontade do governo e sociedade) para resolver a situação. Não a resolverei completamente, mas terei um diagnóstico certo em curto prazo, e um plano sério a ser executado em médio e longo prazo. É o que tenho a oferecer, quiser acreditar em coelhinho da Páscoa procure outro, não faço esse estilo por nada nesse mundo. Aqui é papo reto, demorado, fundamentado, mas sério e com intuito de verdadeiramente informar e buscar soluções exequíveis.

A propósito, situação cômica e digna de registro ocorreu recentemente. Um certo ex-prefeito garganteava três por quatro que havia encontrado o caminho para resolver a questão dos moradores de rua na sua cidade, até que um vereador, que se diz seu amigo, publicou recentemente vídeo em suas redes sociais no afã de se gabar, mas que acabou desdizendo seu ex-prefeito.

Dito vereador dizia de boca cheia em aludido vídeo que moradores de certo bairro da cidade mandaram-lhe filmagens reclamando do consumo de drogas a céu aberto por moradores em situação de rua (e ele reproduziu a filmagem em seu vídeo), mas que ele teria resolvido no mesmo dia, porquanto teria acionado a guarda municipal que foram lá e correram com aquelas pessoas do local, e que se repetindo era só acioná-lo, que ele também repetiria a “fórmula do sucesso”.

Santo ignorante, foi às raías de uma possível confissão de desvio de finalidade pública (ora, se tem uma guarda municipal, cabe a qualquer cidadão a chamar, não ao vereador que for intermediar o chamamento, isso não é função de vereador) e, de quebra, deslegitimou totalmente a propaganda de seu amigo, ex-prefeito, que dizia ter encontrado o caminho para resolver a questão dos moradores de rua não só na cidade, mas que deveria ser modelo para todo o País.

Episódio, no mínimo, risível, que bem denota o caráter politiqueiro, rasteiro, chifrim, nada profissional e pouco sério que tem se dado à questão das pessoas em situação de rua. Conosco será bem diferente, trabalho sério e profissional virá sempre em primeiro lugar.



***EDUCAÇÃO: FIM DO PROGRAMA UNIVERSIDADE
GRATUITA, COMBATE À EVASÃO ESCOLAR,
VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES E TURNO
INTEGRAL***

A educação é uma pauta essencial à governo que se preze em qualquer lugar do mundo, e embora tenha avançado em Santa Catarina nos últimos anos com ar-condicionado instalados em escolas públicas, e com o programa universidade gratuita, tenho ideias respeitosamente diversas do modelo ora implementado.

É digno de aplausos Santa Catarina ser o único Estado do Brasil que garante universidade gratuita aos seus cidadãos, no entanto, algumas questões exigem maior reflexão a respeito.

Primeiro, é dever da União, e não dos Estados preocupar-se com o ensino Superior.

Segundo ponto, o modelo que aí está promete retribuir ao Estado o investimento com período de mão de obra dos formandos, cuja conta pode não fechar, na medida que podemos ter facilmente um excedente de formandos e não

termos atividades estatais a tempo e modo para todos retribuírem o investimento que receberam. A exemplo, como utilizar milhares de bacharéis em direito se temos um Poder Judiciário e um Ministério Público consolidados em seus quadros, e uma Defensoria Pública que caminha para tal?

Terceiro e mais importante ponto, os desejos não possuem limites, mas os recursos sim. Contudo, governar pressupõe prioridades, e a prioridade de meu governo será a melhoria de condições salariais da classe dos professores das escolas públicas, bem como a revitalização dessas escolas, com criação e ampliação de espaços para as mais variadas práticas desportivas, investimento em laboratórios, salas de teatro, tudo para melhor atender nossas crianças e jovens, e fazer da escola um local de vida comunitária, que atraíam também os pais para suas atividades.

No meu governo, quero equipar as escolas públicas para que possam ofertar além das atividades curriculares exigidas pelo Ministério da Educação, atividades extracurriculares o dia todo, para que os alunos e seus pais tenham gosto de ir para a escola, onde poderão praticar o esporte que gostam, ou fazer pesquisas ou teatro em acomodações de dar gosto.

Vou investir para que escolas públicas sejam locais de além de educar, reunir, confraternizar com as comunidades

num ambiente saudável, e para isso precisaremos de investimento, e ele virá do que se investe no programa universidade gratuita, que irá encerrar em minha gestão (proporei lei que não cause surpresa em quem já está no programa de maneira a garantir a continuidade de quem já está matriculado, mas fecharei as portas para novos ingressos já no primeiro semestre de governo), de maneira que quem quiser fazer curso superior deverá procurar os canais usuais para tanto, inclusive, àqueles de financiamento estudantil, como o programa FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) por meio da Caixa Econômica Federal.

Não há como o Estado fazer tudo a todo tempo e com excelência, pelo que meu governo priorizará as escolas públicas estaduais (o chamado ensino médio), seus professores, alunos e famílias. Cobrem de seus prefeitos o ensino básico e de seus representantes federais o ensino superior, pois, assim estão divididas grosso modo as responsabilidades de cada ente federativo em nossa Constituição Federal.

Pertinente à UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), que possui direito à repasse de percentual da arrecadação vinculado, proporei emenda constitucional para

acabar com esse privilégio que julgo indevido. Não, não estou a dizer que a UDESC não mereça receber recursos para suas atividades, pelo contrário, entendo que deva. O que não deve é ter percentual previamente estabelecido e engessado percentualmente de nossa arrecadação.

Como governador irei propor legislação que garanta além do não-retrocesso, a expansão da UDESC, no entanto, sem direito a percentual da receita líquida do Estado, mas com base em planejamento e discussão anual na ALESC, conforme ocorre com a própria Secretaria de Educação e demais áreas sensíveis de nosso Estado.

E, antes que me perguntem, só não vou buscar mexer no direito a percentual de arrecadação vinculado destinados aos poderes Judiciário, Legislativo e ao Ministério Público, porque são questões que a própria Constituição Federal exige se mantenham dessa forma, embora tenha para mim seja um grande equívoco, uma vez que a pretexto de dar independência e autonomia aos poderes e instituições estatais de relevo acabaram engessando a gestão dos recursos públicos sob uma perspectiva global. Contudo, esse meu posicionamento no ponto, parafraseando Lulu Santos, não tem a menor pretensão

de acontecer, até porque Governador nenhum tem poder diante de marcos vinculados pela Constituição Federal.



REGULAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS AOS VEÍCULOS DE IMPRENSA

Observei nos últimos anos em Santa Catarina um tratamento desarrazoado quando o assunto são verbas públicas a veículos de comunicação.

Questionei formalmente a própria ALESC a respeito de colonistas políticos com projeção pífia em redes sociais, com atuação circunspecta mais a grupos de whatsapp que qualquer outra coisa, porquanto faturavam quantias exorbitantes, notadamente em comparação com outros colonistas de muito maior audiência, visibilidade e respeitabilidade no Estado.

Até mesmo o Ministério Público constatou inconsistência no pagamento desses serviços de mídia da ALESC, de modo que abriu procedimento formal e solicitou explicações da presidência da Casa. Até onde acompanhei o caso continua em aberto.

Não tenho absolutamente nada contra setor algum da imprensa, ocorre que quando o assunto é remuneração com verbas públicas há que se estabelecer critérios mínimos que garantam razoabilidade na contratação desses serviços, de maneira que não é justificável quem não tem projeção, visibilidade e respeitabilidade aferíveis objetivamente gozarem de recursos a maior do que quem às tenham.

Portanto, em meu governo haverá lei com critérios objetivos para contratar e remunerar de forma proporcional e razoável toda espécie de mídias, uma vez que a imprensa livre é fundamental para a saúde da democracia, e liberdade não combina com recursos públicos desproporcionais a veículos de informação.



SAÚDE: FOCO NA PREVENÇÃO E INVESTIMENTOS INADIÁVEIS

Os serviços de saúde são fundamentais para as pessoas, notadamente na seara pública que acaba atendendo a imensa maioria da população que não tem condições de arcar com os elevados custos de um plano de saúde privado.

Claro que o lugar-comum quando se fala em saúde em nosso Estado nos faz vir à mente o atendimento médico hospitalar, as cirurgias eletivas, cujas filas já foram maiores outrora, mas ainda também não estão zeradas.

No entanto, saúde é algo mais amplo que cirurgias, são médicos nos postos de atendimento, remédios ao alcance da população, políticas preventivas, serviços de fisioterapia pós-cirurgia, serviços psiquiátricos e psicológicos para questões de saúde mental.

A saúde exige uma visão holística da sociedade, do ser humano e de suas fontes de angústia.

Portanto, no nosso governo a questão da saúde será tratada de forma transversal. A começar pelas escolas públicas, que iremos equipá-las para receberem os pais dos alunos no contraturno com atividades físicas e atividades terapêuticas, no intuito de prevenir doenças promovendo a saúde física e mental das pessoas.

Vamos também transformar onde hoje é o Palácio d'agronômica (residência oficial do governo do Estado), em um hospital de referência para tratamento de crianças, mulheres e idosos vítimas de queimaduras.

Santa Catarina hoje só tem em Lages um hospital com a capacidade técnica adequada para atender pessoas com queimaduras, o que também nos motiva nesse projeto demonstrado no parágrafo anterior. Mas, o principal fator de motivação é a localização. A Casa d'agronômica se encontra próxima do hospital infantil Joana de Gusmão, e já possui estrutura com heliponto, propícia para receber pacientes de forma expedita conforme a urgência desses casos de queimadura recomendam.

Onde vão morar o governador? Eu, eleito ou não, continuarei morando em meu endereço residencial no centro de Florianópolis e trabalharei (se eleito for) no centro administrativo na SC 401, simples assim.

Vale recordar que já em 2022, quando fui candidato pela primeira vez ao governo do Estado, já propunha a transformação da residencial oficial do governo em Hospital. Portanto, é pauta séria que já venho adubando há mais de quatro anos.

No mais, o que posso garantir é que nenhum centavo a menos que o atual governo repassa à saúde haverá em meu governo, pelo contrário, procuraremos ampliar os investimentos e acelerar às entregas na área da saúde, que não permite retrocessos jamais.



ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS: AMBIENTE SEGURO, LOGÍSTICA E MÃO DE OBRA QUALIFICADA

Nosso governo, em relação à atração de investimentos, vai trabalhar com esse tripé: ambiente seguro, logística e mão de obra qualificada.

Os investidores, notadamente aqueles que trarão suas famílias para viverem aqui, precisam de um ambiente seguro. Portanto, a segurança pública, não só com repressão, mas com trabalho de inteligência que preveni a criminalidade, é uma pasta que deve conversar com os setores encarregado de trazer investidores ao nosso Estados. Setores esses que não se resumem a gabinetes burocratizados da esfera pública, mas que pressupõe um papel de protagonismo às nossas FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) e FCDL (federação dos comerciantes e diretores lojistas), cujos representantes serão formalmente convidados para ter assento e voz nas reuniões do colegiado de nosso governo.

Outro ponto essencial para atrair investimento diz respeito à melhoria de nossa logística, assunto que trato em

tópico específico sobre infraestrutura. Veja, que um projeto de governo precisa integrar objetivos, pontos, pastas, e ser visto e gerido sob a perspectiva global das demandas, onde uma ação influencia em outra. E é disso que se trata esse livro, basta lê-lo inteiro que fica claro que tratamos os assuntos mais relevantes à nossa gente com a transversalidade que se apresentam.

Relativo à mão de obra especializada, devemos lembrar que no mundo globalizado em que vivemos a disputa por investimentos é extremamente acirrada, e sai na frente os locais que tenham oferta a contento de mão de obra especializada. Não é preciso reinventar a roda neste ponto, uma vez que Santa Catarina conta com universidades, escolas técnicas e outros centros de formação capazes de formar gente qualificada para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Entretanto, precisamos nos manter atentos para identificar as carências de mão de obra especializada que tenhamos vocação para suprir, o que exigirá atualização constante do currículo dos cursos que temos na praça. Assunto a ser tratado por um comitê estratégico específico que converse com a indústria e com os centros de formação profissional concomitantemente, e isso que faremos em nosso governo, a criação de um núcleo estratégico para captar investimentos em nosso Estado no mundo todo, e que seja

apto para fazer a interface entre os setores produtivos e os formadores de mão de obra.



CORRUPÇÃO: COMBATE IMPLACÁVEL DO A QUEM DOER

Com a corrupção e com os corruptos não têm conversa. Cadeia. Lugar de quem usurpa a coisa pública é atrás das grades. No nosso governo não terão vida fácil àqueles que porventura se botem a tentar lograr o contribuinte catarinense.

Nosso governo atuará em duas frentes no combate à corrupção. Primeiro, com políticas preventivas, dando total transparência aos contratos do Estado, uma vez que a exposição costuma coibir os bandidos. Segundo ponto, com o fortalecimento das ouvidorias e da Controladoria-Geral do Estado, para fortalecer os canais de denúncias e ao menor sinal de falcatura nos possibilitar afastar agentes públicos porventura envolvidos e entregá-los à polícia.

Contudo, a maior política de combate à corrupção será o exemplo. Todas as reuniões do Colegiado de governo serão filmadas e disponibilizado o acesso, em tempo real e ao depois, à toda população.

Mais que isso, nosso governo só nomeará pessoas em cargos comissionados que aceitem seja publicado seus dados financeiros pessoais em sítio eletrônico do Estado com acesso à população. Hoje já se tem exigência similar, mas essas declarações não costumam ser publicizadas, ficam usualmente nos arquivos das repartições. Isso não basta. Queremos que o povo tenha acesso completo a informações a respeito de quem recebe do Estado para servir à população.

Outro ponto, a era dos “aspones” (designação popular àqueles que vivem de cargo, não de trabalho, representando a abreviação de “assessores de porra nenhuma”) se porventura ainda não tenha terminado no Estado, certamente não sobreviverá sob nossa batuta.

Isso porque não haverá um servidor em Santa Catarina em nosso governo que estará livre de apresentar relatório trimestral de sua produtividade e de ter de publicar sua agenda diária de serviços e atendimentos, tudo a ser devidamente amplamente publicizado nos sítios eletrônicos das respectivas repartições.

Vadio sempre teve dificuldades de se criar em Santa Catarina, em nosso governo vai preferir sumir do Estado a passar vergonha e/ou ir para cadeia, podem apostar. E os corruptos, esses que se estiverem campeando que se preparem, vão sofrer a maior cruzada, na forma da lei, que poderia um ser destes sofrer em vida. Aguardem-nos, vocês não perdem por esperar.

Por fim, mas não menos importante no ponto, políticas de educação cidadã, com àquela capitaneada pelo Ministério Público de nosso Estado, denominada “O que você tem a ver com a corrupção?”, já muito bem conduzida por tantos promotores de justiça nos últimos anos, com destaque aos Doutores Afonso Ghizzo e Henrique da Rosa Ziesemer, contará com todo apoio de nosso governo, uma vez que a educação é fundamental para formar o caráter de nossas crianças, gestores, empresários, enfim, cidadãos do amanhã, que devem crescer sob a égide do que é certo para que sempre optem pela lisura, por mais agruras que possa representar, ao invés do lucro fácil, mas criminoso, em suas vidas.



DEFESA CIVIL: MAIS INVESTIMENTO E MUITO MAIS OUSADIA

Santa Catarina é sinônimo de enfrentamento de enchentes, deslizamentos, vendavais e tornados desde que me conheço por gente, e a notícia ruim é que segundo especialistas climáticos, com o aquecimento global este quadro tende a se agravar.

Bem verdade que muita coisa evoluiu nesse sentido nos últimos anos. Avisos de emergência hoje em dia chegam diretamente por meio dos aparelhos celulares, obras de barragens e limpezas de rios e açudes mitigaram as ameaças climáticas, mas estão longe de resolverem o problema.

No entanto, projeto muito mais para Santa Catarina. Ora, nosso País deu jeito na transposição do gigante rio São Francisco, não será o respeitável rio Itajaí-açu que vai nos manter de joelhos o restante de nossos dias.

Nosso governo vai abrir concorrência pública internacional para projetos para resolver a questão das cheias do rio Itajaí-açu. Isso mesmo, para resolver. Nem que para isso precisemos transpor o rio, criar mecanismos para

transpassar montanhas e escoar a água excedente das chuvas no mar ou numa ravina. Seja o que for, custe o que custar, há que se resolver isso, e para tanto é preciso ser audacioso, ficar nesse chove não molha (mais alaga!) que estamos há décadas não faz meu tipo, podes ter certeza disso.

No que diz respeito à Defesa Civil o legado que nosso governo deixará para Santa Catarina será resolver as enchentes do vale do Itajaí, custe o que custar, nem que para isso tenha que transpor ou desviar o curso de rio Itajaí-açu.



GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: FORTALECIMENTO DA CASAN.

Quando acusam a CASAN (companhia catarinense de águas e saneamento) de maus serviços não raro está por trás interesses escusos de contratar serviços privados superfaturados ou desvalorizar a companhia para vê-la privatizada.

Evidentemente, que infelizmente a CASAN ao longo de décadas serviu também aos anseios políticos de alguns governos que tivemos que não a promoveram como deveriam.

Entretanto, o corpo técnico da companhia goza do meu total respeito e admiração, de maneira que não cogito privatizá-la de forma alguma, e, ao contrário, aportarei recursos necessários para a expansão e melhoria de seus serviços se for eleito governador de nosso Estado.

Precisamos recordar que não muito tempo atrás, uma empresa privada gigante do setor de saneamento, saiu distribuindo propina e corrompendo prefeitos e outras figuras públicas que ocupavam altos cargos, o que ocasionou já diversas condenações criminais, e há ainda políticos de relevo embrenhado em investigações a respeito.

No nosso governo, a CASAN será motivo de orgulho do catarinense, e não haverá lobista ou político que irá impedir o seu crescimento e a melhoria dos seus serviços.

Adianto, por oportuno, que a presidência da CASAN, a depender de mim, ficará subordinada a servidores de carreira da Companhia. Comigo interesses políticos jamais se sobreporão à competência técnica como em tempos não muito longínquos infelizmente era a regra em nosso Estado.

Dito isso, a expansão do saneamento básico será tratada com profissionalismo e obsessão, para levar água potável e serviços de esgotos a todos os catarinenses. É essa a meta, e não pode ser outra. Água e esgoto são serviços básicos que garantem dignidade, previnem doenças e é direito de toda nossa gente. Seremos obstinados e incansáveis quanto a isso também.



SEGURANÇA: VALORIZAR NOSSAS POLÍCIAS E INVESTIR EM SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA

Quando o assunto é segurança pública, a verdade é que devemos reconhecer que Santa Catarina é um oásis se tratando do restante do cenário nacional.

Aqui a remuneração da Polícia Militar e Civil é das melhores do Brasil. As condições de trabalho também são de excelência. Viaturas novas, materiais de defesa, armamentos, treinamentos, enfim, nossas Polícias vão bem obrigado.

Entretanto, nem tudo são flores. Há uma reclamação justificável de lideranças que apontam a existência de um

abismo salarial entre ocupantes de cargos de proa das polícias em relação aos que ocupam cargos mais abaixo da hierarquia. Isso precisa ser corrigido, e o será em meu governo.

Em meu governo buscarei criar na ALESC uma verba indenizatória exclusiva para agentes de segurança que trabalham na ponta, e que não sejam do alto escalão.

Os serviços de inteligência também serão muito valorizados em meu governo. É preciso atuar com estratégia para prevenir os delitos sempre que possível.

Ademais, uma segurança pública de qualidade é direito de nossas famílias, e cria uma ambiência que ajuda a promover avanços até mesmo no setor produtivo e de investimentos, uma vez que um Estado seguro é evidentemente muito melhor para se instalar uma atividade econômica que num Estado tomado pela criminalidade e corrupção, ou seja, segurança pública é uma pauta transversal, que influencia uma gama de outros serviços inerentes ao Estado e até mesmo em relação à iniciativa privada.



TURISMO: VISÃO TRANSVERSAL E AMPLIAÇÃO DE EVENTOS PARA CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO

Santa Catarina há muito tempo possui um calendário solidificado e bem planejado de festas típicas regionais, feiras e eventos que fomentam o turismo, sem dizer do setor hoteleiro e de restaurantes bem entrosado com as nossas belezas naturais e culturais, que também contribuem sobremaneira ao nosso setor turístico.

Contudo, acredito que o Estado pode fazer mais nessa área vital para nossa economia.

No meu governo a promoção de nosso turismo começará pelo planejamento estratégico de divulgação de nossos atrativos. Sítios eletrônicos e incursões em redes sociais, nos mais variados idiomas, serão fomentados de forma segmentada.

O turismo de luxo terá a mesma atenção do turismo popular, porquanto diversificar as políticas nesse sentido é garantir um lugar ao sol a todos, e governo que se preze, uma

vez vencida as eleições, não tem lado, passa governar para todos indiscriminadamente.

Outro ponto relevante no calendário do turismo são suas intersecções com eventos que atraiam o público. Buscarei fomentar turnê de artistas locais, nacionais e internacionais não somente nos grandes centros de nosso Estado, como sói acontecer, mas em todas as regiões, em cidades menores, porque a vida acontece nos municípios, e é um erro concentrar atuações somente em grandes centros.

Por exemplo, quando Deputado Federal, Ivan Ranzolin conseguiu trazer um jogo da então seleção campeão olímpica brasileira masculina de voleibol para a cidade de Lages. Evento que na época movimentou toda a região.

Esse tipo de visão global de nossas necessidades, anseios e oportunidades, orientará a pasta do turismo em meu governo, de maneira a buscar ampliar o número e os locais de realização de eventos que movimentem nosso setor turístico.

Nessa linha, vamos buscar implementar os jogos abertos de inverno catarinense e brasileiro, pois, em poucos lugares de nosso País dá para se pensar fazer uma competição com essas características, e aqui em Santa Catarina dá para realizar.

Buscaremos valorizar nossos ídolos locais, levando competições de Skate para regiões que ainda não foram no Estado. Vamos buscar inserir o aberto de Santa Catarina no calendário das competições mundiais do Tennis a se realizar em lugares diversos à cada ano em regiões do interior do nosso Estado.

Shows musicais serão promovidos com mais transparência e seriedade certamente do que têm sido feitos nos últimos anos em algumas prefeituras que deram origem até a processos criminais, de maneira, ainda, a promover talentos locais ao invés de destinar verbas apenas a estrelas já consagradas que nem catarinense são no mais das vezes.

Enfim, essa visão transversal das atividades em geral que podem e devem melhorar nosso turismo serão valorizadas e levadas à execução em nosso governo, com carinho especial ao interior de nosso Estado, não raro indevidamente preterido ao nosso ver pelas grandes cidades até então.



MIGRAÇÃO: SINAL QUE AQUI É TERRA DE OPORTUNIDADES, CABE NOS ORGANIZAR

O fenômeno migratório está intrinsicamente ligado à assimetria de oportunidades que os locais oferecem às pessoas, ou seja, as pessoas costumam procurar viver nos lugares em que há mais oportunidades para trabalhar e prosperar.

Santa Catarina tem sido nos últimos anos o destino preferido não somente de brasileiros, mas de estrangeiros, alguns em busca de nossa qualidade de vida, e outros sonhando apenas com um posto de trabalho digno.

Isso deve ser motivo de orgulho, pior seria se nossa gente estivesse indo embora em busca de lugar melhor a se viver.

A questão é sobre oferta e procura, e os Estados não podem impedir brasileiros natos de virem para cá por imperativo da Constituição Federal, tampouco estrangeiros, estes últimos devem satisfação às autoridades federais.

Aos Estados cabem fiscalizar quando porventura há cometimento de delitos aqui que tramitem em nossa Justiça

estadual, para se enviar cópias à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal, para nesses casos infelizes e extremos providenciarem o trâmite para a extradição daqueles que sejam criminosos.

Em suma, cabe admitir que os Estados não possuem margem legal para regulamentar essa situação que está atrelada antes de tudo às leis não escritas do mercado, o que devemos fazer é receber todos que para cá venham com muito respeito, e cobrar-lhes que nos respeitem também, e, em casos extremos, proceder da forma descrita no parágrafo anterior.

Aqui, cabe ainda, um elogio de todo especial aos nossos irmãos nordestinos e haitianos, duas populações que se destacam no número de novos moradores de nosso Estado, e que na maioria absoluta das vezes têm sido de grande valia pelo trabalho digno de aplausos que têm prestados em nossa Santa Catarina, e pela forma carinhosa que geralmente expressam gratidão por estarem entre nós. Vocês têm meu total respeito, carinho e gratidão, e são muito bem-vindos aqui.

Dito isso, a acelerada expansão populacional do nosso Estado incrementada por correntes migratórias impacta nos serviços, na modalidade urbana, no acesso à moradia,

educação, saúde, saneamento básico e tudo mais. Desafios que devem ser encarados com naturalidade, muito trabalho e orgulho, afinal é sinal que estamos crescendo, e crescimento gera demandas, oportunidades e responsabilidades, mas também produz entusiasmo para fazermos cada vez mais e melhor. Assim, com alegria e disposição, que vejo e enfrentarei essa bela pauta de migração.



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EMPREGO: MUITO AJUDA QUEM NÃO ATRAPALHA

A maior mentira que um governo pode fazer é dizer que gerou empregos, uma vez que quem gera realmente empregos é a iniciativa privada, os empreendedores, industriais, comerciantes, e não os burocratas dos Estados.

Bem verdade que o poder público pode atrapalhar o setor privado, e assim dificultar a geração de empregos, de maneira que como diz o ditado, muito ajuda quem não atrapalha.

Sob essa perspectiva, reduzir burocracias ao mínimo possível, orientar a população sobre seus mais variados direitos constantemente, e não aumentar tributos já são três

fatores a não prejudicar o mercado de trabalho, e para tanto basta gestão séria e de qualidade, o que certamente Santa Catarina terá em nosso governo.

Pertinente à distribuição de renda minha posição é liberal na economia (o que uma vez chamavam de direita), qual seja, o mercado se regula. Oferta e procura, e bola para frente.

Evidentemente, balizas trazidas por leis trabalhistas, programas sociais de renda mínima, como bolsa família (tão praguejado por alguns, não por mim) costumam temperar essa questão da distribuição de rendas, no entanto, são matérias afetas às leis e programas de ordem federal, não havendo espaço para ingerência dos Estados.

E como governar exige prioridades, e ao nosso ver, transparência total, a questão de distribuição de renda não será o foco do modelo de gestão que propomos, que fique por conta das leis de mercado, obtemperadas pela legislação e programas de cunho federal esse tipo de questão.

Nosso foco é desburocratizar, informar, jamais aumentar tributos, e trabalhar para reduzi-los, para aquecer o mercado de emprego e prestação de serviços, o que levado a sério como levaremos, já é um desafio e tanto.



POR QUE RALF ZIMMER E NÃO OS OUTROS?

Parabéns, você que chegou até aqui em sua leitura, concordando ou não com minhas proposições, é sinal de que ao menos travamos o bom debate por meio deste livro e de suas reflexões, porventura, com concordâncias e objeções que possam ter se manifestado pelo vosso valoroso pensar.

Eu não poderia chegar até aqui e deixar de registrar, além das propostas já apresentadas, as razões pelas quais acredito ser a melhor opção para governar nossa Santa Catarina em comparação com os meus principais adversários, uma vez que a política de toda forma não é um mar de rosas, mas sim a arte das escolhas “menos piores”, como diria o saudosíssimo, e maior personalidade política do século passado, Sir Wiston Churchill.

Lançar-se candidato e buscar evitar comparações é como querer nadar no leito seco de um rio, simplesmente não é possível. Assim, passo a tecer respeitosas e algumas pontuais críticas aos meus principais oponentes por razões lógicas e necessárias.

Em relação ao atual governo Jorginho Mello, malgrado muito bem avaliado nas pesquisas de opinião que me chegam, eu tenho como principal crítica o programa “universidade gratuita”, uma vez que de gratuito não existe (quase) nada na vida. Não custa para quem cursa, mas custa para o contribuinte.

No entanto, como os recursos são limitados, minha proposta para educação é outra bem diferente, centrada na valorização dos professores e na melhora das escolas do ensino médio, e para ter recursos para tanto, como já expliquei mais amiúde quando trato da saúde no corpo deste livro, uma vez eleito perei fim ao dito programa “universidade gratuita”, preservando-o apenas as justas expectativas daqueles que já estão inseridos nele.

Quanto a João Rodrigues, incomoda-me muito dois fatos. O primeiro diz respeito ao envio de verbas publicitárias da prefeitura de Chapecó à época de sua gestão que acabaram abastecendo rádios de propriedades de suas próprias filhas, até mesmo em cidades no Estado do Rio Grande do Sul. Não vou nem entrar aqui em questões de legalidade, ou não, é modelo de gestão mesmo.

Quando fui Defensor Geral do Estado, nos idos de 2017, minha filha com apenas quatro anos foi me visitar com minha mãe e quis levar para casa uma caneta com que brincou alguns instantes, tirei gentilmente da mão dela e expliquei com todo amor do mundo, que não podia, não era dela. Saiu chorando, mas aprendeu cedo a lição que o que é público não é dela, e que seu pai não vai facilitar para que o seja em hipótese nenhuma.

Veja, não estou dizendo que João interveio para facilitar às suas filhas acesso a verbas públicas da prefeitura que dirigia, mas se fossem minhas filhas, legal ou não, justo ou não, eu faria devolver cada centavo que chegaram em suas mãos que tivessem saído do ente público que eu estivesse à frente.

Modelo de gestão e trato da coisa pública, cada um que defenda o seu. O meu é esse que exponho aqui e deixo registrado. Decida você o melhor.

No que diz respeito a Gelson Merísio, o que me incomoda até agora é justamente a falta de um projeto completo ao Estado, pois, o que tenho visto, são inserções muito específicas e esparsadas em redes sociais e entrevistas, que não deixam claro a perspectiva geral de um modelo de gestão que Gelson pretende imprimir ao nosso Estado.

Já Marcelo Brigadeiro tem gosto explícito pela lacração em redes sociais a qualquer custo, pelo que apresenta projetos inconstitucionais e inexequíveis, e quando fala de Santa Catarina parte da premissa totalmente equivocada que aqui seria um Estado esculhambado como o Rio de Janeiro, não é.

Ademais, Brigadeiro não é um *outsider* como tenta se vender, ele é do meio político há algum tempo, e, inclusive, teve cargo em comissão no governo Carlos Moisés. Foi diretor da Federação de Esportes, e nunca disse a que veio, pelo que já lhe dei mais importância que merece. Paro por aqui, no mais, triturarei ele em qualquer debate público que ele tenha coragem de me enfrentar.

Conquanto seja natural tenhamos pontuais ou uma série de divergências, a forma como estamos a lidar com a nossa história e a buscar construir nosso porvir por meio deste esclarecedor livro diz muito não apenas sobre mim, mas sobre a quem ele é destinado: ao catarinense, que traz em seu DNA a força para lutar de forma leal e firme com todos os meios, ainda que lhes sejam franciscanos, que a providência divina lhe permitiu.

Muito obrigado por me acompanhar até aqui, e quanto ao futuro, a Deus pertence, muito embora a nós caberá sempre

procurar dar nosso melhor, apreender, evoluir e nos resignar diante dos insondáveis desígnios do Grande Arquiteto do Universo.

Viva Santa Catarina!!!